

LUCIANO LOURENÇO
(COORDS.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

GEOGRAFIA, CULTURA E RISCOS

LIVRO DE HOMENAGEM AO
PROF. DOUTOR ANTÓNIO PEDROSA



**DE UBERABA A BRASÍLIA: COMUNIDADES
VULNERÁVEIS E “TERRITÓRIOS EM
RECONVERSÃO” NO ROTEIRO DA MISSÃO CRULS
FROM UBERABA TO BRASÍLIA: VULNERABLE COMMUNITIES
AND "TERRITORIES IN CONVERSION" ON THE MAP
OF CRULS'S MISSION ROUTE**

Rita de Cassia Martins de Souza

Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia
ritacmsou@gmail.com

† **Antônio de Sousa Pedrosa**

Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia – UFU CEGOT

Sumário: A área oeste do território brasileiro chama atenção pelas suas particularidades diante do processo de formação do país. A instalação da capital brasileira no centro do grande território determinou uma área específica dentro desse grande interior aqui denominada de Roteiro da Missão Cruls. Da inauguração de Brasília, em 1960, até hoje, a área sofreu imensas transformações, principalmente no que se refere à acessibilidade, exploração, usos e funções. Ao longo do século XX, surgiram, em vista do processo de ocupação e modernização, vários problemas ambientais e sociais nomeadamente os relacionados à mineração, à instalação de hidrelétricas; ao desenvolvimento do agrogêncio e da pecuária; e, à urbanização acelerada. A recuperação do processo histórico em que se deu a ocupação dessa área constitui-se no eixo central deste trabalho bem como o apontamento dos prin-

cipais problemas que exigem soluções alternativas, tendo em vista a sustentabilidade das comunidades vulneráveis em meio ao processo de reconversão desses territórios.

Palavras-chave: Roteiro da Missão Cruls, paisagem cultural, comunidades vulneráveis, sustentabilidade.

Abstract: The western area of Brazil receives attention for its peculiarities before the country's formation. The installation of the Brazilian capital in the centre of a large territory determined a specific area within that large interior here called Cruls' Mission Route. From the inauguration of Brasília in 1960, until today, the area has undergone huge changes, especially with regard to accesses, exploitation, uses and functions. Throughout the twentieth century, it arose of the occupation and modernization process, many environmental and social problems including those related to mining, hydropower installation; the development of agribusiness and livestock; and the process of the acceleration from to urbanization. The recovery of the historical process, in which the occupation of that area took place, constitutes the central axis of this work and the appointment of the main problems that require alternative solutions, with a view to sustainability of vulnerable communities amid the conversion of these territories process.

Keywords: Cruls' Mission Route, cultural landscape, vulnerable communities, sustainability.

Introdução

A compreensão do processo de ocupação do interior brasileiro desperta atenção de muitos estudiosos da formação territorial brasileira e, em particular, as características que ligam a dimensão natural à social e cultural. O país é

marcado por sua imensidão territorial e seus variados domínios biogeográficos que forma paisagens culturais muito diversificadas. A compreensão da dinâmica que subjaz à interligação entre recortes tão diferentes presentes nesse espaço nos leva, enquanto geógrafos, a nos preocuparmos com essa dinâmica e seus reflexos diretos sobre a organização espacial.

O conceito de paisagem cultural aqui nos parece interessante para o conjunto dessas reflexões. Segundo A.S. Pedrosa e R.C.M. Souza (2014):

“A paisagem como produto do trabalho humano não significa a eliminação dos traços da natureza, os quais se encontram sempre ali presentes, embora, algumas vezes, imperceptíveis. Traz, assim, a marca das diferentes temporalidades desta relação sociedade-natureza, aparecendo, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material. Assim, as paisagens traduzem a evolução das sociedades humanas e da ocupação e apropriação do meio físico ao longo dos tempos, sob a influência de condicionantes e/ou oportunidades estabelecidas pelo ambiente natural e pelas sucessivas forças sociais, económicas e culturais, de ordem interna ou externa. Não cremos, no entanto, que a paisagem corresponde a uma herança cultural estática, cuja evolução foi interrompida num dado momento, ou período histórico, mas, ao contrário, a entendermos como realidade dinâmica em transformação contínua, ou seja, uma paisagem viva, cuja continuidade só poderá ser garantida através da manutenção do seu papel social, associado à preservação e evolução sustentável dos modos de vida e processos produtivos” (A.S. Pedrosa e R.C.M. Souza, 2014, p. 3).

Há de se ressaltar que, acompanhando esta concepção ampla, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN vem, desde 2009, fazendo um esforço no sentido de demarcar áreas com características específicas que permitam a preservação ou conservação de “*paisagens culturais brasileiras*”. O conceito nesse caso

é bastante mais restrito e se refere, segundo a Portaria 127/09, a “*uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores*”. Desta forma, ainda que contempladas algumas premissas do conceito geográfico aqui apresentado, a paisagem cultural no caso dessa legislação brasileira, comporta apenas casos específicos para o fim de preservação de patrimônio natural, social e cultural. A ideia e necessidade surgiram justamente da “*constatação de que ‘os fenômenos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta’*” (IPHAN, 2011, p.3).

A concepção mais ampla de Paisagem Cultural aqui esposada vai além desses casos peculiares e procura traçar um panorama sobre uma dinâmica sócio-política e econômica que nos permita compreender a região central do Brasil. O Roteiro da Missão Cruls, correspondente a essa região central brasileira, é para nós uma região com características bastante específicas em termos de seu desenvolvimento histórico e econômico, marcado por dinâmicas espaciais que geram paisagens culturais em permanente processo de remodelação. Políticas de desenvolvimento econômico e projetos estatais de ordenamento do território foram decisivos no sentido de amoldar a área aos interesses da modernização e geraram vários impactos sobre a natureza e a sociedade presente nessa área. A massificação das paisagens urbanas e rurais, conforme apontado, de fato vem alterando profundamente a vida das comunidades presentes na região e exigem reconhecimento das dinâmicas que a engendram.

Portanto, a paisagem tem de ser entendida como um sistema dinâmico e complexo que resulta da interação de múltiplos fatores que passam pela compreensão da dinâmica física do território e também pela ação que o homem possui ao longo da sua história de ocupação territorial (A.S. Pedrosa, 2012, 2013, 2014).

O Roteiro da Missão Cruls

A área oeste do território brasileiro chama atenção pelas suas particularidades diante do processo de formação do país. É um dos temas mais debatidos entre os estudiosos da formação territorial e nacional brasileira desde que se foram

instituindo por aqui as chamadas ciências humanas. Antes que nas ciências, a dimensão da imensidão de terras conquistadas pelos portugueses em associação com os locais sempre foi um desafio para o Estado que se via às voltas com as dificuldades da ocupação e a necessidade de garantir para si as terras conquistadas.

Para A.C.R. Moraes (2000) esse processo sempre acompanhou a história territorial brasileira e ainda em nossos dias continua impactando as decisões e as políticas para o território pensadas a partir do Estado. A origem da questão está na conquista de terras bem além do Tratado de Tordesilhas e, portanto, dos direitos garantidos a Portugal quando do período das grandes navegações. O estímulo às bandeiras e às entradas, na busca de pedras preciosas, ouro e mão de obra escrava índia permitiram aos bandeirantes paulistas traçar caminhos e espalhar povoações, ainda que esparsas, pela área. Uma das estratégias mais conhecidas a fim de efetivar a ocupação das terras a oeste foi a instalação da capital do país no centro do grande território, discussão empreendida desde a Inconfidência Mineira, em 1789, quando os inconfidentes liderados pelo assim conhecido “Tiradentes”, reivindicavam à Corte de Lisboa a fixação da capital no interior.

Desde 1813, a discussão foi ganhando corpo chegando até o período pós independência quando José Bonifácio da Silva inclui nas “instruções aos deputados paulistas” a sugestão da centralização da Corte em latitude aproximada aos 15°S. O próprio José Bonifácio, em 1823, sugere a cidade de Paracatu (17°13'20”S e 46°52'30”O) como sede da nova capital que deveria ser chamada de Brasília ou Petrópolis. Interessante constatar que Brasília, capital atual do Brasil, está a 15°47'S e 47°55'O, próximo, portanto, ao indicado logo após a independência do país, ainda no período imperial.

Entre os historiadores defensores da centralização da capital está Adolfo Varnhagen que escreveu vários textos acerca do assunto entre 1834 e 1877. Finalmente em 1891, já sob o regime republicano, o senador Virgílio Damásio e o deputado Lauro Müller, propõem uma emenda à Constituição nesse mesmo ano aprovada, reservando uma área de 14 400 Km² para sediar a futura capital. A partir dessa decisão, foi nomeada uma comissão de eminentes “cientistas” liderados pelo presidente do Observatório Nacional, Luis Cruls, a fim de explorar e demarcar a área da nova capital do Brasil. Foram necessários dois anos para os

trabalhos da Comissão de Exploração do Planalto Central serem concluídos até chegarem ao “Retângulo Cruls”, uma área com aproximadamente 17.870 Km².

Em 1934, Getúlio Vargas, promulgou a Constituição da Nova República que incluía a transferência da capital em seu texto. Foram empreendidos vários esforços nessa direção no âmbito do governo de Vargas e assim se seguiu até que o Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou o General Polli Coelho para chefiar uma missão de estudos que, conforme determinado pela Constituição de 1946, determinasse o local para a instalação da capital no interior. A comissão de estudos liderada por Polli Coelho confirmou, em 1948, o local sugerido pela Missão Cruls. Finalmente, em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek deu início aos trabalhos da construção da capital Brasília na área demarcada por Cruls e sua Comissão. Da inauguração de Brasília em 1960, até hoje, a área correspondente aos estudos da Missão Cruls sofreu uma imensa transformação que nos chama atenção em vista das suas potencialidades e dos desafios perante a ocupação que ainda se processa.

O Roteiro da Missão da Cruls, enquanto área desta pesquisa, foi demarcado a partir das rotas iniciais traçadas pela Comissão Exploradora do Planalto Central, no final do século XIX, mais especificamente, entre 1892 e 1893. O Roteiro compreende as rotas percorridas pela Comissão desde Uberaba até, aproximadamente, o limite com o atual estado de Tocantins e respeita a divisão administrativa por municípios, dos respectivos estados envolvidos (fig. 1).

O Roteiro da Missão Cruls constituiu-se em área marginal aos centros produtivos predominantes no Brasil desde a crise da mineração do ouro e pedras preciosas no final do século XVIII, até, no mínimo, o início do século XX. A partir, sobretudo, das políticas territoriais implementadas durante o governo de Vargas, das quais se deve destacar a “Marcha para o Oeste” como grande norteadora das mesmas, passa a ocorrer uma ocupação sistemática da área no sentido de sua integração à lógica dominante do “litoral”. Nesse sentido, cabe lembrar que, à época, o grande território nacional brasileiro era sempre entendido como dividido em duas regiões principais: o sertão e o litoral. No litoral, grande faixa que acompanhava o Oceano Atlântico era onde se concentravam as atividades econômicas mais dinâmicas e, essencialmente, ligadas ao modo de produção capitalista, ainda que mercantil, pelo menos até que se desencadeou

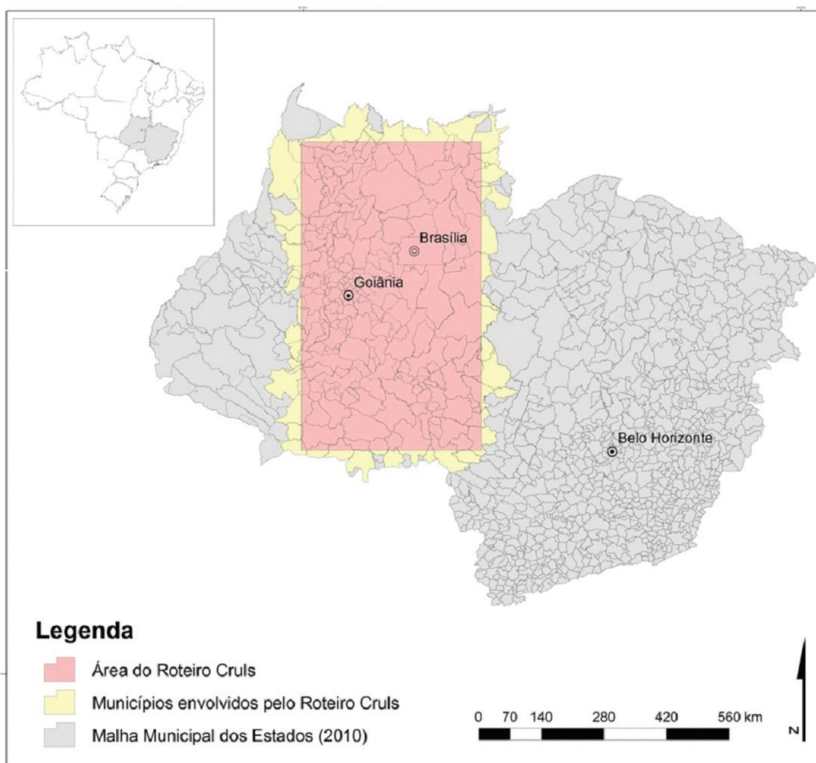


Fig. 1 - Mapa da Missão Cruls. Org. A.S. Pedrosa, R.C.M. Souza, 2015
(Fonte: IBGE, 2010).

Fig. 1 - *Cruls' Mission Map.* Org. A.S. Pedrosa, R.C.M. Souza, 2015
(Source: IBGE, 2010).

a industrialização. No sertão concentravam-se as atividades descoladas daquelas litorâneas e predominavam modos de vida ligados às sociedades indígenas e aos processos mais lentos de inserção à economia instalada desde o início da colonização (com exceção do período ligado ao ciclo do ouro, durante o século XVIII). Prevalcia a visão dos “dois Brasis”, como colocaria o sociólogo francês Jaques Lambert para quem: “*Não há qualquer obstáculo, além do econômico, à transição de uma sociedade para outra, o que não impede que o Brasil precise urgentemente difundir por todo o país os níveis e métodos de vida das regiões evoluídas*” (J. Lambert, 1973, p. 107). O Roteiro constitui-se, em nosso entendimento, como uma área extremamente importante para a compreensão da formação

territorial do Brasil sendo sempre e renovadamente “zona de fronteira” no longo e ainda presente processo de ocupação de nosso território. Além disso, apresenta particularidades bastante especiais em termos de seu desenvolvimento econômico, político e social.

A mineração foi um dos primeiros e mais importantes vetores para a fixação de população nesta área e para o crescimento de muitos povoados. Esta atividade sofreu diversas transformações ao longo dos anos por diversas razões como o esgotamento dos minerais em certas áreas, as mudanças tecnológicas, a exploração de novos recursos para outros fins etc. As atividades ligadas à mineração trazem múltiplos riscos e impactos que tornam importante a sua análise de modo a discutir estratégias que controlem os fatores de suscetibilidade e que permitam a resiliência às vulnerabilidades que esta atividade gera, principalmente, para as populações do entorno das minas.

A instalação de usinas hidroelétricas é um dos outros inúmeros fatores que tiveram impactos importantes não apenas na dinâmica dos cursos de água e das bacias hidrográficas em si mesmas, mas também na modificação das paisagens já que implicaram na destruição de matas ciliares de importância vital para a biodiversidade e, ainda, trouxeram impactos sociais de diversas ordens, nomeadamente em comunidades ribeirinhas, cujas atividades se relacionavam com o rio. Outras preocupações também importantes relacionam-se com questões do microclima geradas pelos lagos, de eventuais rupturas que possam ocorrer e, ainda, da retenção de sedimentos nos seus reservatórios, diminuindo a vida útil das usinas.

Os problemas relacionados ao agronegócio referem-se às implicações ambientais que este tipo de agricultura altamente tecnológica e especializada traz, nomeadamente ao nível das transformações do bioma cerrado e consequente perda de biodiversidade e da degradação dos solos. Preocupam-nos igualmente os problemas sociais que são gerados por esta agricultura, pois o uso de maquinaria dispensa mão de obra humana “desalojando” as populações, cujo trabalho relacionava-se com a agricultura de subsistência ou a pequena produção, dando origem a um forte êxodo dessas populações em direção às periferias das cidades.

Sobretudo na área desta pesquisa, o processo de urbanização mescla-se aos problemas decorrentes da modernização da agricultura que, em verdade, é um

processo geral de instalação de uma lógica perversa. A falta de condições adequadas de sobrevivência tem gerado inúmeras mazelas e forçado movimentos de reação a essa situação, entre os quais podem ser mencionados os movimentos pela terra que reivindicam reforma agrária ampla, nunca realizada no país.

A área exige avaliação específica em vista da diversidade predominante e que, somente agora, com a ocupação intensiva instalada desde a instalação de Brasília em 1960 e, finalmente, a chegada do agronegócio a partir da década de 1970, aparece definitivamente como um problema a ser cuidado em vista do contato e da dizimação de culturas que se formaram no longo processo histórico da ocupação da área. São inúmeras as “comunidades” que vão sendo “incorporadas” à nova lógica que se instala na área. Muitas foram violentamente dizimadas, outras foram lentamente sendo tragadas, outras permanecem resistindo e tentando manter-se em sua tênue integridade. Entre estas últimas cabe destacar as denominadas, desde a Constituição de 1988, Comunidades Remanescentes de Quilombos, das quais ainda não se tem um mapeamento suficiente e que dependem, pela legislação, do autoreconhecimento para obter o direito de suas terras como Territórios Remanescentes de Quilombos – TRQs.

A situação das comunidades tradicionais é bastante delicada em virtude de sua “fragilidade” perante um sistema de produção que avança sobre os “territórios” constituídos ao longo de centenas de anos de modo completamente alheio ao modo de produção hegemônico e por isso devem ser entendidas como “comunidades vulneráveis”. Vulneráveis, mediante o processo avassalador da entrada desse sistema produtivo na região que, até pelo menos a década de 50-60 do século passado, era marginal às formas produtivas predominantes no “litoral”. Esta vulnerabilidade está relacionada diretamente à rapidez do processo de instalação da modernidade técnica que leva a uma “reconversão do território” em detrimento das comunidades já instaladas e de sua dinâmica própria. São vulneráveis as comunidades da área perante o processo de desarticulação de suas características sócio culturais tanto no que tange às suas práticas cotidianas em torno da produção econômica própria delas mesmas, mas também dada a “brutalidade” com que o ambiente é alterado em função das novas técnicas implementadas. Essa alteração vem causando

o deslocamento populacional principalmente em direção às cidades, mas também em direção a outros “lugares” em que o antigo modo de existência não pode ser reproduzido.

Há algumas dinâmicas particulares e mais invasivas desse processo que aqui se denomina como reconversão que necessitam de ser minimamente apresentadas: a mineração; as usinas hidrelétricas, o agronegócio; e, a urbanização.

A mineração enquanto uma atividade geradora de riscos

As áreas de exploração mineira pelas suas características intrínsecas apresentam múltiplos riscos que muitas vezes constituem o legado de um passado nem sempre bem conhecido, bem como, de escolhas políticas ou econômicas, que só podem ser compreendidas apenas num determinado contexto. Na verdade a procura do minério e da sua eventual utilização remonta aos primórdios da existência humana, tendo desempenhado desde essa altura um papel essencial na sua sobrevivência e no seu desenvolvimento. É do conhecimento geral que a atividade mineira, norteou-se sempre, quase que exclusivamente pelo aproveitamento econômico das jazidas, sem grandes preocupações de cariz ambiental, o que causou e, causa ainda hoje, sérios problemas ambientais e de saúde associados tanto à exploração descontrolada quanto ao encerramento de minas que criaram um agravamento do passivo ambiental.

Quanto aos riscos associados à exploração mineira, eles apresentam uma génese antrópica e uma forte componente tecnológica, podendo ser apontados os seguintes:

- Riscos diretamente associados à exploração ativa de que destacamos os relacionados com a extração propriamente dita, ou seja, com o desmonte e tratamento do minério. Assim podemos salientar:
 - i.* Riscos relacionados diretamente com a extração (subsistência de minas, explosões, inalações de produtos tóxicos...);
 - ii.* Riscos associados à descarga de águas ácidas e contaminantes (metais pesados, compostos orgânicos originados nas reações químicas usadas no processo de separação dos metais, como por exemplo, cianetos (ouro), e amônia);

- iii.* Riscos geomorfológicos e ambientais relacionados com resíduos da extração (escombros);
 - iv.* Riscos de erosão, assoreamento de lagos e linhas de água;
 - vi.* Riscos de expansão de poeiras contaminadas e riscos de ruído.
- Riscos associados às explorações inativas que se relacionam ao abandono e não recuperação dos espaços de exploração:
 - i)* Riscos associados à não-gestão dos resíduos pós-operação;
 - ii)* Subsídências não controladas das antigas minas com aberturas de fossos à superfície não sinalizados;
 - iii)* Formação de lagos artificiais sem qualquer controle de acesso e de qualidade das águas;
 - iv)* Descarga de contaminantes em águas e em solos (metais pesados quando exista uma escorrência natural de meios ácidos...)

Pode-se, assim inferir que muitos dos riscos associados à exploração mineira se situam no âmbito da saúde ambiental relacionados como o uso excessivo de determinados elementos que acabam por ser incorporados no ambiente próximo da exploração mineira e que podem comprometer a saúde pública, já que quando se encontram em excesso podem se tornar tóxicos para o homem.

Resumidamente, os focos de maior contaminação são:

- As áreas de depósitos de escombros, principalmente as mais recentes, pela existência de materiais sujeitos a deslizamentos, arrastamento de material particulado e lixiviado pelas águas de precipitação provocando a contaminação de solos, águas subterrâneas e superficiais;
- As barragens (semi-impermeabilizadas) para as quais são levadas as lamas de tratamento das Estações de Tratamento de Água – ETA, sujeitas à eventual percolação em profundidade. As águas vindas do interior das minas, das barragens, etc. que estando sujeitas a tratamento deficiente, podem ser fonte de dispersão/mobilização de contaminantes para as águas superficiais e contaminação de solos adjacentes.

O caso da mineração no Roteiro da Missão Cruls

Não obstante os problemas referidos, a exploração mineira contribuiu decisivamente para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Normalmente, a região de mineração mais conhecida é a que foi inicialmente demarcada pelos exploradores paulistas no início do século XVIII, qual seja a região da Zona da Mata mineira. Esta região configurou-se, no início da ocupação, numa extensa área à margem do processo de exploração econômica principal da Colônia centrada na produção na cana de açúcar e nas atividades extrativas vegetais na zona litorânea. As minas de pedras preciosas e ouro, a partir do momento que se tornaram atrativas do ponto de vista da exploração pela Coroa – o que não se deu de imediato – pouco a pouco vieram a se tornar a principal atividade econômica da Colônia na primeira metade do século XVIII, o que deixou marcas até hoje na configuração territorial do Brasil.

Desenvolveu-se também, a oeste dessas minas, um processo de exploração de pedras preciosas e ouro após 1750, quando as minas da região central da Província de Minas Gerais entraram “em decadência”. O esgotamento das possibilidades de extração, no entanto, não significou a decadência total da área já que a mineração resultou num processo de urbanização significativo, além de tornar a área em uma zona de abastecimento de produtos animais e vegetais ao Rio de Janeiro, sobretudo.

Justamente esse período após 1750 vai experimentar um redirecionamento dos fluxos populacionais em direção ao oeste, ultrapassando as montanhas e alcançando o Vale do Rio São Francisco e a região dos cerrados do Brasil Central. Iam aos poucos estendendo as práticas agrícolas e pecuárias desenvolvidas na região central em direção oeste. A ocupação se deu tanto de forma “espraiada”, ou seja, que foi se dando de maneira contínua pelo território, gerada, sobretudo, pela pecuária de tipo extensiva, como de forma “pontual”, ou seja, com a criação de vilas e arraiais distantes uns dos outros, gerada, sobretudo, das explorações de ouro e de pedras preciosas.

É importante destacar que o processo de ocupação só pode se desenvolver mais intensamente, após a eliminação de vários “quilombos” (refúgios de escravos fugitivos), bem como de aldeias indígenas existentes na área, e a descoberta de importantes reservatórios de água salgada (salitrosa). A partir de 1770, o afluxo de migrantes foi muito intenso deslocando-se a área de ocupação em direção à Província de Goiás. Assim passaram a crescer vilarejos como os de Araxá e o de Patrocínio. Cabe destacar as picadas (caminhos abertos em meio à vegetação natural) de Goiás e de Desemboque que cumpriram papel de extrema importância na comunicação e comércio dessa área com o Rio de Janeiro, então capital da Colônia.

Desde a crise da exploração do ouro e das pedras preciosas entre o final do século XVIII e o início do XIX estabeleceu-se um período de ocupação lenta até a década de 1930, quando Getúlio Vargas desencadeou a “Marcha para o Oeste” e efetivamente alcançou construir as bases definitivas da unidade territorial. A opção pela industrialização, nesse período, trouxe uma série de consequências, entre elas, a aceleração do processo de urbanização que, nessa área, foi iniciado pela mineração. Os primeiros arraiais e vilas na área estiveram sempre ligados ou à pecuária extensiva ou a alguma fonte de exploração mineral. Foi no período Vargas (1930-1945) também que se deu ensejo às discussões em torno da construção da capital federal no interior do território brasileiro, tendo vingado, entretanto, somente após a Segunda Guerra sob o comando do presidente Juscelino Kubistchek (1956-1960). A partir de então o desenvolvimento da região foi extremamente acelerado com um forte impacto urbanizador sobre a área.

A mineração também mudou seu foco principal agora atendendo a demanda da construção civil. Há uma série de impactos altamente danosos ligados à exploração mineira no Roteiro da Missão Cruls resultantes de todo esse longo período de exploração que precisa ser revisitada. Seja para demarcar claramente qual foi o processo em que esteve envolvida esta forma de exploração e as conduções daí resultantes bem como diagnosticar com maior precisão onde estão as áreas de maior impacto ou risco no sentido de apresentar propostas aos problemas encontrados e que exigem soluções de urgência e a médio e longo prazos.

As grandes barragens para a geração de energia elétrica e seus efeitos perversos

A chegada à presidência do Brasil, em 1930, por Getúlio Vargas desencadeou a implementação de várias políticas territoriais visando alcançar a unificação definitiva do território sob o comando da criação do mercado consumidor interno para a industrialização. Entre as iniciativas da “Marcha para o Oeste” de Vargas estavam incluídas várias discussões a fim de se estabelecerem as políticas territoriais mencionadas. Assim, devem ser lembrados os seguintes debates promovidos na sociedade brasileira entre os anos de 1930 e 40: o deslocamento da capital federal para o Planalto Central; a criação de um Plano Viário que contemplasse todo o território e sua integração; uma regionalização que quebrassem com os sentimentos de autonomia local (E.A. Penha, 1993; R.C.M. Anselmo, 2000).

A criação de duas agências especiais cumpriu um papel fundamental para dar sustentação a esses propósitos: o Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Brasileiro de Estatística, em 1937. As duas agências foram logo, em 1938, unificadas numa única instituição, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que alimentado pelos novos profissionais formados pelas recentes universidades criadas e por antigos profissionais, sustentou o debate e as políticas do Estado do período Vargas (1930-45) até o período militar (1964-85).

Para além da unificação do mercado interno tão importante para os propósitos da industrialização e para os interesses da fração de classe burguesa industrial que se estabelecia definitivamente no comando do Estado brasileiro, há de se levar em conta, ainda, as articulações em torno dos interesses geoestratégicos e ou geopolíticos que sustentaram as políticas implementadas sobre todo o território nacional. Não podem, portanto, serem postas de lado as proposições dos geopolíticos militares como Mário Travassos ou Meira Mattos, ou mesmo Golbery do Couto e Silva, que advogavam pela posição que o Brasil deveria ocupar no cenário sul americano e mais amplamente mundial e as estratégias de ocupação que segundo eles permitiria alcançar tais propósitos. Ao pensamento das classes dominantes nacionais e aos interesses dos novos grupos instalados no poder aos

quais era imprescindível a modernização do país, estavam alinhados os discursos geopolíticos de tornar o Brasil uma potência econômica e militar na América.

A instalação de Brasília no interior do território e todos os eixos viários que tiveram que ser implementados a partir daí desencadearam os esforços de integrar todo o grande interior à área central ou *core* do sistema brasileiro (São Paulo e Rio de Janeiro). Não cabe aqui aprofundar cada uma das políticas adotadas, mas apontar, mesmo que brevemente, algumas das mais importantes a fim de compreender o grande cenário que, em nossa opinião, deu origem à instalação de muitos grandes projetos ou grandes empreendimentos que cumpriram um papel essencial no sentido de viabilizar, por um lado a ocupação efetiva do território, e por outro, promover a modernização necessária à lógica capitalista instalada pelos centros hegemônicos do país.

Esses grandes projetos não só modificam o espaço como causam grandes impactos sociais e ambientais começando pela tomada compulsória do lugar e pelo remanejamento das famílias e, a posteriori, pela alteração profunda dos costumes. Para J.S. Martins (1993), os grandes projetos econômicos tais como hidrelétricas, rodovias e planos de colonização algumas vezes têm como pressuposto “*inconfessado*” e “*inconfessável*”, “[...] o próprio aniquilamento das populações que passam a representar algum estorvo para a implantação dos grandes projetos governamentais”.

“Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para a sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade [...] aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais” (J.S. Martins, 1993, pp.62-63).

Por fim, o autor revela o caráter econômico desses empreendimentos planejados pelo Estado com o intuito de preparar o território a uma expansão

capitalista de produção e “alongamento” das fronteiras econômicas nos espaços. Grandes empreendimentos tratados aqui são investigados por outros autores como Grandes Projetos de Investimentos (GPI). Para Vainer; Araújo (1992), estes “*mobilizam em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território*”, e, sendo assim, são reflexos das políticas públicas, assumindo um caráter político no sentido de modernizar o território e promovendo a produtividade de um determinado lugar que é pensado para um todo – garantia primeira de novos investimentos empresariais e fluxo de capital ao território nacional. Segundo E. Laurelli (1987), grandes projetos são também:

“[...] grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento das atividades básicas, como arranque ou início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre, alumínio, outras para extração de petróleo, gás e carvão, dedicados à sua exploração em bruto e/ou transformação e refinarias ou centrais termelétricas [...] grandes represas e obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores [...] complexos industriais portuários, e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas, etc.” (E. Laurelli, 1987, p. 133).

Assegurar a construção desses grandes empreendimentos significa mais do que simplesmente oferecer a necessária infraestrutura para um processo econômico que vai se instalando nas áreas mais a oeste do território e vai se configurando como uma necessidade de projeção de um desejo de modernidade técnica sobre o espaço. As barragens constituem-se essencialmente em infraestruturas que impõe ritmos novos ao território e determinam em grande parte seus rumos.

Para M. Santos (2008), o mundo global sugere territórios de acumulação “*frenética*” em qualquer parte do mundo, sendo que para isso é decisivo o papel dos “*fluxos*” e dos “*sistemas de engenharias*”. Os primeiros, também determinados pela quantidade e qualidade dos “*fixos*” no espaço, representam o “*movimento, a circulação e o consumo*”. Os “*fixos*” enquanto objetos técnicos e sociais formam os “*sistemas de engenharias*” entendidos como sistemas de domínio da natureza, “conjunto de instrumentos de trabalho agregado à

natureza e de outros instrumentos que se localizam sobre estes, uma ordem criada para o trabalho e por ele”.

“Passamos também de fluxos que são curtos no espaço, e que se exercem em áreas limitadas, a fluxos que abrangem frações do território cada vez maiores. Hoje, aliás, o mundo todo é o campo de ação dos fluxos que se expandem com o suporte dos novos sistemas de engenharias” (M. Santos, 2008, p.84).

O ordenamento territorial através, sobretudo das políticas públicas, é que vai garantir a organização planejada dos espaços sob domínio legítimo do Estado e das corporações tendo em vista tanto a relação com o território quanto a acumulação do capital.

Para F.R. Silva,

“O ordenamento territorial é uma forma singular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecido [...] não é apenas condição social de reprodução da ordem capitalista. É também reflexo de sua significação funcional e simbólica na totalidade social capitalista [...] resulta do avanço do processo de homogeneização (globalização) extensiva do capitalismo e de fragmentação (diferenciação) de parcelas do espaço geográfico em arranjos de objetos e ações articulados em rede [...] mais que uma organização espacial, uma “forma” [...] sistemas dinâmicos formados de objetos e de ações articulados em rede [...] uma trama de relações conflitantes e complementares que integra o lugar, a formação socioespacial e o mundo [...] anuncia a sociedade capitalista global e as significações própria do uso do território” (F.R. Silva, 2007, p. 298).

O território nesse aspecto também se configura enquanto resultado do contrato histórico entres diferentes classes sociais (grupos), configura-se não só pelas lutas sociais, mas também pelas instituições públicas e privadas.

“Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas, arranjadas em sistema, que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confunde com o próprio território de um país” (M. Santos, 2008, p.84) .

A modernização de parte de um determinado território implica na materialização de políticas científicas e tecnológicas específicas que irão garantir a competitividade dos lugares, pois ao contar com a estrutura necessária (energia, universidades, conjuntos habitacionais, centros de pesquisa, serviços tecnológicos, etc.), oferecerão dentro da lógica capitalista, os estímulos necessários à produção e reprodução do capital. Além disso,

“no Brasil, ao Estado Desenvolvimentista correspondem, da mesma forma, os investimentos de vulto, a infra-estrutura estratégica (portos, aeroportos, estradas, eletricidade, telecomunicações) e zonas industriais. As novas tendências de planejamento, que rompem com os antigos métodos que requerem investimentos de vulto, direcionam-se para novos fatores: treinamento geral da população, qualificação profissional, dinamismo das empresas regionais, qualidade e quantidade dos serviços prestados às empresas, presença de centros de pesquisa, universidades, etc.” (A.A. Rückert, 2007, p.10).

Podemos concluir assim que o espaço territorial brasileiro não se fez apenas por elementos do presente, mas da sua histórica transformação.

O caso das barragens no Roteiro da Missão Cruls

As usinas hidrelétricas são instrumentos de primeira necessidade à cadeia produtiva do sistema econômico brasileiro atual, pois produzem parte da energia necessária não só para a população como para as máquinas do campo,

as indústrias dos setores urbanos e constituem-se na objetivação material dos projetos estatais e privados.

O fim suposto é a própria modernização e capacitação do território com vistas a um papel cada vez mais ativo e atraente aos empreendedores capitalistas nacionais e estrangeiros. Alguns equipamentos para determinadas regiões são pensados antes mesmo de suas necessidades reais.

O Ministério de Minas e Energia divulgou que, na administração atual, foram inauguradas as usinas hidrelétricas da Serra do Facão (Catalão e Davinópolis), Barra dos Coqueiros (Cachoeira Alta e Caçu), Caçu (Cachoeira Alta e Caçu), Foz do Rio Claro (São Simão e Caçu), Salto (Itarumã e Caçu), Salto do Rio Verdinho (Itarumã e Caçu), no estado de Goiás. Juntas terão ao todo, 645 MW de potência instalada e de 445,6 MW médios de energia assegurada ao sistema elétrico. Esses projetos somaram investimentos de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com recursos financeiros próprios dos acionistas.

No Brasil, no ano de 2010, segundo o Ministério de Minas e Energia, foram acrescentados 4.200 MW de potência instalada em todo o país. Desse total, 922,2 MW (21,9%) são relativos a usinas hidrelétricas; desses, 610,8 MW foram instalados no estado de Goiás. Essas usinas estão montadas de forma a atender tanto essas necessidades de desenvolvimento local quanto para atender a demanda nacional de energia elétrica uma vez que a produção é distribuída em rede para todo o território.

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – MG compreende uma área com 66 municípios e ocupa posição estratégica no território brasileiro em vista de estar na transição entre o Centro Oeste (na qual se inclui o estado de Goiás) e o Sul do País. Entre esses municípios destaca-se Uberlândia.

“A cidade de Uberlândia está inserida em uma região produtora de energia elétrica. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em decorrência da formação geológica, possui um grande potencial hidrelétrico, capaz de suprir o consumo regional e desempenhar importante papel junto ao sistema elétrico nacional, composto de dois subsistemas: Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/

Centro Oeste. Esse sistema nacional em decorrência da renovação da base técnica torna-se cada vez mais integrado” (K.C.F.O. Bessa, 2001, p. 150).

A Bacia Hidrográfica do Rio Araguari compreende a área de 22.091Km², abrangendo vinte municípios. Esta bacia está localizada a oeste do Estado de Minas Gerais, entre as coordenadas 18° 20' e 20° 10' de latitude sul e 46° 00' e 48° 50' de longitude oeste. A sua maior porção territorial insere-se na mesor-região geográfica do Triângulo Mineiro, além disso, faz divisa com as Bacias: do Rio Tijuco a oeste sudeste; do Rio Grande ao sul; do São Francisco a leste; a norte e noroeste com a Bacia do Rio Dourados e também ao norte com as nascentes do Rio Paranaíba.

O Araguari é um dos rios mais importantes no Roteiro da Missão Cruls. Nasce no Parque Nacional da Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas e percorre 475 km até a sua foz no Rio Paranaíba, sendo um dos afluentes do Rio Grande, que integra a Bacia Transnacional do Rio Paraná (ver fig. 2).

Estão instalados ao longo do Rio Araguari cinco grandes projetos hidrelétricos: Nova Ponte (1994) - Volume útil do reservatório 10.375hm³ ; Miranda

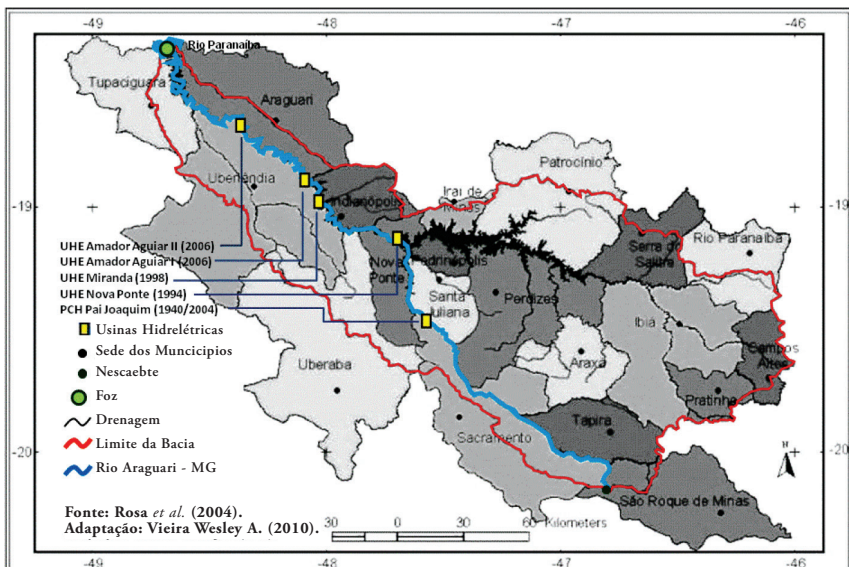


Fig. 2 - Grandes Projetos no Rio Araguari - Minas Gerais - 2010 (Fonte: Vieira; Anselmo, 2010).

Fig. 2 - Large projects in Rio Araguari - Minas Gerais - 2010 (Source: Vieira; Anselmo, 2010).

(1998) - Volume útil do reservatório: 145,60 hm³ ; PCH Pai Joaquim (1940) - Volume útil do reservatório: Usina a fio d'água; Amador Aguiar I (2006) - Volume útil do reservatório: 872830 milhões (m³); Amador Aguiar II (2006) - Volume útil do reservatório: 241,13 hm³ .

Se por um lado não podemos ignorar os ganhos produtivos que as usinas hidrelétricas trazem para a área do Roteiro da Missão Cruls, nas diversas escalas, também não podemos deixar de mencionar os efeitos perversos advindos dessas instalações. Assim precisamos destacar os danos ambientais bem como os danos de ordem social que vêm sendo sistematicamente levantados por pesquisadores das mais diversas disciplinas científicas. O deslocamento das populações ribeirinhas ainda não obteve o devido levantamento científico que comprove se os ganhos superam as perdas tanto a curto como em longo prazo.

O fato é que essas populações não foram consultadas acerca de seu desejo ou de suas intenções reais quanto a esses projetos antes de sua instalação. O Estado, enquanto legítimo representante das classes dominantes tomou a iniciativa de moldar o espaço segundo o que entende como a melhor saída, ou seja, o desenvolvimento econômico a qualquer custo.

O desenvolvimento da agricultura e da pecuária modernas, o agronegócio e seus impactos

Segundo Castillo, a fronteira agrícola moderna pode ser definida, grosso modo, pelas:

“[...] áreas ocupadas por atividades agrícolas com alto conteúdo tecnológico e organizacional (em termos de uso de insumos e maquinário, formas de crédito e comercialização, armazenamento, beneficiamento e transporte) em substituição à pecuária extensiva, a formas tradicionais de cultura (particularmente a pequena produção familiar de origem ancestral ou de frentes de ocupação) e / ou à cobertura vegetal original”
(R. Castillo, 2007, p. 38).

A definição proposta nos parece perfeitamente coerente com o que se entende neste projeto como a grande problemática a ser perscrutada, avaliada e desvendada. A sobreposição de uma ordem nova (a “fronteira”) sobrepõe-se sobre outras ordens, outras formas de exploração dos lugares, ou outros modos de produção que não se enquadram perfeitamente aos desejos e aos imperativos do novo.

Justamente esse desencontro é o que tem causado os conflitos, os atritos, os descompassos entre a “gente do lugar” e o “forasteiro”. No jogo de forças, evidentemente, estão incluídos os “do lugar” cujos desejos e interesses coincidem com a nova lógica. Nesse contexto vão aparecendo, tanto no ambiente corporativo próprio das empresas quanto nas mídias televisiva, eletrônica e impressa, expressões como: “gargalos logísticos” e “apagão logístico”. Certamente essas expressões refletem a percepção imediata dos conflitos de interesses aqui sinalizados. Ainda segundo Castillo, o que está em jogo é a “*competitividade da produção brasileira frente aos mercados internacionais, ameaçada por razões logísticas*”. R. Castillo (2007, p.34).

O papel do Estado, enquanto agente regulador da economia nacional é de fundamental importância no sentido de permitir a execução das tarefas necessárias e a instalação das infra-estruturas para o desempenho ótimo das empresas cujos interesses maiores encontram-se fora do próprio território nacional. No caso brasileiro, as áreas do Cerrado do Centro oeste, Norte e Nordeste, conforme detectado pelos estudos de Castillo constituem-se em regiões competitivas ou “regiões funcionais”, ou seja, áreas do território caracterizadas pela especialização produtiva, voltadas ao atendimento de parâmetros externos ou internacionais de qualidade e custos.

“Essa situação se traduz em políticas públicas de transporte e logística a partir da expansão e consolidação de fronteiras agrícolas em áreas de Cerrado do Centro Oeste, Norte e Nordeste, com intuito de viabilizar circuitos espaciais produtivos de algumas culturas de grande importância nos mercados internacionais. Nos últimos trinta anos, pode-se constatar um exponencial aumento dos fluxos materiais provenientes dessas porções

do território brasileiro, marcadas pela emergência de regiões competitivas agrícolas, pela distância em relação aos principais centros consumidores do país e aos portos exportadores e pela baixa densidade em infra-estruturas logísticas” (R. Castillo 2007, p.34).

A literatura científica especializada já reconheceu o período entre os anos de 1960 e 1970 como os anos da instalação dos complexos agroindustriais no Brasil. Estes basicamente são constituídos pela associação entre a agricultura e a indústria calcada fortemente nos subsídios a alguns produtos e a algumas categorias de produtores, incentivos à biotecnologia, indústrias de bens de capital e de produção agrícolas, além das de promoção à ocupação das fronteiras agrícolas e ao uso de linhas de crédito especiais. As políticas estatais ocuparam papel central nas articulações necessárias ao pleno desenvolvimento e instalação desses complexos (G. Muller, 1989).

O período contemporâneo que se desdobra desde as duas últimas décadas do século XX é marcado pela consolidação desses complexos agroindustriais em que a produção de *commodities* continua desempenhando papel de primeira ordem. Embora o Estado brasileiro não disponha neste período da mesma força que dispunha antes, continua funcionando essencialmente como o grande articulador que agora permite que as empresas na forma de grandes complexos empresariais assumam o comando da economia.

“A regulação híbrida que caracteriza o atual uso do território brasileiro é marcada por um campo de forças que define investimentos em logística, envolvendo demandas corporativas e políticas públicas. Nesse sentido, parece cada vez mais importante reconhecer a interação entre três variáveis: 1) a (expansão e consolidação) da fronteira agrícola; 2) a emergência de regiões competitivas nessas áreas de fronteira; e 3) a predominância, no plano das idéias e também das ações, bem como nas políticas públicas e privadas, da logística” (R. Castillo, 2007, PP.36-37).

A logística conforme definida por R. Castillo envolve:

“[...] variadas formas de prestação de serviços, condições gerais de produção, setor de atividade econômica, ramo de investimentos públicos entre outras. Na tentativa de compreender o termo em sua dimensão geográfica, propomos, por ora, defini-lo como o conjunto de competências infraestruturais (transportes, armazéns, terminais intermodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público-privadas, agências reguladoras setoriais, tributação etc.) e estratégicas (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos. Trata-se da versão atual da circulação corporativa” (R. Castillo, 2007, PP.37).

Há uma intensa modernização do território, implementada a partir dos equipamentos instalados e das ações que vão se estabelecendo nos lugares segundo os interesses hegemônicos, ou seja, a partir, sobretudo dos interesses dos grandes conglomerados de empresas essencialmente movidos de fora do território nacional. São esses interesses que determinam, inclusive, quais serão os espaços privilegiados dessas ações e os centros urbanos coordenadores dos mesmos, fortalecendo o processo de desigualdade (Elias, 2006).

Cargill, Bunge, ADM, Maggi, Coinbra, Caramuru podem ser mencionadas como empresas do agronegócio que funcionam em parceria direta com ALL, CVRD, Hermasa entre outras, estas, empresas ligadas ao setor de logística. O complexo, assim como na primeira fase de implantação (1960-70), nada seria sem a atuação do Estado, agente primordial do processo, através de políticas de caráter claramente territoriais.

Todas as fases desse processo passam a ser controladas de dentro do Complexo Agroindustrial moderno:

“Essas grandes empresas do agronegócio dominam, cada vez mais, o beneficiamento (classificação, limpeza, secagem), a assistência técnica,

o processamento agroindustrial, o mercado de fertilizantes, o mercado de sementes, o armazenamento, o financiamento da produção, a comercialização e a exportação. Essas grandes empresas detêm [sic] indústrias processadoras, armazéns e silos, empresas de colonização, empresas de comercialização de produtos agrícolas e seus derivados; atuam no transporte rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo, possuem terminais em portos fluviais e marítimos, centros de distribuição, escritórios exportadores, postos avançados de compra de grãos; fornecem crédito de custeio e investimento, prestam assessoria técnica a produtores conveniados, estabelecem parcerias com empresas de logística entre outras ações que variam segundo as especificidades do circuito de cada produto (soja, algodão, laranja, café, cacau, cana-de-açúcar estão entre os mais importantes)” (R. Castillo, 2007, PP.39).

Cabe destacar o caráter totalmente dependente que, a despeito de todo o processo de independência tecnológica buscado desde os anos do período militar, ainda prevalece no Brasil.

O agronegócio e seus impactos no Roteiro da Missão Cruls

A área correspondente ao Roteiro da Missão Cruls encontra-se inteiramente dentro do chamado grande oeste brasileiro. A esta área, desde a segunda divisão regional promovida em 1968, ainda no período militar, estava reservada a função de “celeiro do país”. Há de se falar um pouco sobre as estratégias territoriais do Estado brasileiro nesse período para esclarecer que as ditas regiões funcionais (Santos, 1994) anteriormente definidas têm, em verdade, a sua definição naqueles anos. Os investimentos sobre a transformação dos solos do cerrado em terras agricultáveis só foi possível a partir de altos investimentos tecnológicos e de políticas territoriais como, por exemplo, o Polocentro (1975).

Nos anos de 1960-70, os investimentos diretos do Estado ocorreram e deram o suporte imprescindível para que essa área se transformasse numa área especial

com os atrativos necessários para atrair grandes investimentos empresariais. No período contemporâneo que se estabelece a partir do final dos anos de 1980 no Brasil, os grandes complexos empresariais assumiram força e importância que antes não detinham. Ainda que o Estado permaneça como agente fundamental, neste período as empresas determinam abertamente a lógica da produção e do funcionamento do sistema.

Segundo V.S. Pessoa (2007), na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além do PoloCentro podem ainda ser sinalizados como projetos ou programas primordiais no “desenvolvimento” da área, o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI, o Programa de Assentamento Dirigido e Incorporação dos Cerrados – PADAP e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira de desenvolvimento agrícola da Região dos Cerrados – PRODECER.

Em termos de produtos agrícolas primordiais ao Complexo Agroindustrial Moderno no Roteiro da Missão Cruls podem ser destacados a soja, o milho e, mais recentemente, a cana-de-açúcar. São essencialmente produzidos na forma de monoculturas com todas as suas mazelas sociais, ambientais e vêm sistematicamente desarticulando as culturas de subsistência e os *modus vivendi* tradicionais. Deve-se ressaltar que o agronegócio faz parte de um processo de modernização que não se restringe ao mundo rural e à agricultura, mas, ao contrário, vem acompanhado de todo um processo de urbanização acelerada e de uma série de equipamentos que se instalam sobre o território em geral na forma de grandes empreendimentos, como as usinas hidrelétricas.

É primordial que se compreenda que as populações são envolvidas nesse processo modernizante numa velocidade em que as mesmas não têm controle nem sobre si mesmas, uma vez que se descaracterizam rapidamente, perdendo sua identidade em termos de hábitos religiosos e mundanos e se embrenhando numa realidade totalmente diferente da original. São lançadas às periferias das cidades que não as absorve plenamente e as mantém como reféns de um mundo em intensa transformação. O desenvolvimento de uma real cidadania não ocorre e o acesso à informação, embora “disponível”, não as alcança. São cada vez mais intensos e numerosos os grupos que se envolvem nos movimentos pela terra. As “invasões de terras” – conforme são entendidas pelos grandes proprietários

e por grande parte da população leiga –, são frequentes com todas as mazelas que decorrem de uma situação instável como essa.

Os problemas de ordem ambiental alastram-se descontroladamente, num sistema completamente fechado em que a urbanidade exige produção em massa para atendê-la. As sementes melhoradas exigem o tratamento químico que somente as indústrias químicas podem lhes dar e de igual maneira os agrotóxicos seguem sendo utilizados em larga escala, contaminando rios e lençóis freáticos. Os problemas dessa ordem vêm sendo sinalizados intensamente pelos estudiosos, no entanto, a lógica do Estado associada à lógica dos grupos hegemônicos da sociedade brasileira os ignora sistematicamente em nome do desenvolvimento econômico. Um desenvolvimento que não contempla a sustentabilidade da vida em seu amplo sentido.

O sistema, tal qual se instala sobre a área, não garante sequer a incorporação mínima da população num processo de clara exclusão e alienação.

“Intenso em técnica e capital, tal processo acaba por empregar uma mão-de-obra não muito numerosa, envolvendo trabalho temporário e terceirizado o que não garante facilmente muitas oportunidades de renda para a maioria dos empregados no setor. A Cargill, por exemplo, que emprega cerca de 700 funcionários em sua planta industrial em Uberlândia (a maior unidade do grupo no Brasil e também a maior fora dos EUA), ampliou no ano de 2010, o setor de fabricação de amidos e adoçantes, aumentando em 70% sua capacidade produtiva. Foram investidos cerca de R\$ 112 milhões na ampliação da fábrica e gerados cerca de 70 novos empregos diretos (CARGIL, 2010), ou seja, a criação de um novo posto de trabalho pelo grupo resulta de um investimento, em média, da ordem de R\$ 1,6 milhão” (M.F.V. Pereira, 2012, PP.100).

Sem dúvida, é explícita a necessidade de se pensar sobre a funcionalidade da região, conforme propôs M. Santos (2008). O desvendamento dos interesses em jogo pode fornecer subsídios primordiais para a proposição de alternativas que compreendam as populações que acabam se transformando em comunidades vulneráveis e exigem a nossa atenção.

Urbanização acelerada: o preço da modernidade

Numa pesquisa realizada por pesquisadores do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento – LAPIG da Universidade Federal de Goiás - UFG/IESA, pode-se atestar o crescimento do número de cidades em alguns estados do Brasil entre 1992 e 2009, marcadas essencialmente pelo bioma cerrado. O estudo foi realizado a partir da incidência de luzes registrada pelo sensor DMSP-OLS. Os três estados que apresentam maior incidência de luzes, sinalizando a existência de cidades na área são os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

O processo de urbanização nos estados de Goiás e Minas Gerais refletem o processo de modernização e os investimentos sucessivos do Estado brasileiro através de políticas territoriais que vêm sendo sistematicamente implementadas para a área pelo menos, desde os anos de 1930. Como se há de depreender pelo já exposto neste trabalho, a iniciativa da ocupação da área é muito anterior a esse período, porém a opção pela industrialização nos anos de 1930 foi decisiva no sentido de urbanizar a área num movimento que vem se dando de maneira contínua e acelerada desde então.

Um dos momentos mais importantes desse processo, sem dúvida, foram os anos de 1960-70 quando das iniciativas dos militares durante a Ditadura Militar (1964-1985) com vários projetos de modernização dos cerrados e a implementação de uma política territorial claramente focada no agronegócio e na instalação dos grandes complexos agroindustriais – CAIs (Muller, 1989). O foco da atenção do Estado estava voltado para a função que a área deveria desempenhar no todo do território a partir da regionalização posta em prática desde 1968, com a nova Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, qual seja a de ser o “grande celeiro” do Brasil. Para a área estava reservada a tarefa de produtora *par excellence* de grãos para exportação, assegurando os dividendos necessários ao processo de industrialização centrado no eixo São Paulo-Rio-Belo Horizonte.

Segundo A.F. Oliveira, E. F. Chaveiro e U.F. Oliveira (2009):

“Ao longo do tempo, Goiás passou por transformações significativas no que se refere a sua estrutura social. Contudo, em nenhum momento de sua história, desde o início da mineração no século XVIII, as mudanças foram tão intensas quanto nas três últimas décadas do século passado e neste começo de milênio. Neste período o estado se tornou urbano e alcançou os primeiros lugares nos índices de urbanização do país. E em consequência disso surgiram diversos problemas sociais e ambientais” (A.F. Oliveira, E. F. Chaveiro e U.F. Oliveira, 2009, p.228).

A urbanização acelerada da área responde a um planejamento advindo do Estado brasileiro que não mediu esforços no sentido de ocupar definitivamente a região acompanhando estratégias geopolíticas bem traçadas no sentido de que a integridade do território só estaria verdadeiramente efetivada quando o desenvolvimento econômico a tivesse atingido. Foi nesse sentido que se pensou a construção de Brasília, sem dúvida, o pólo de desenvolvimento urbano da região. Goiânia também como cidade planejada, cumpre hoje um papel de extrema importância concentrando as riquezas e as pobreza da área.

“O acelerado processo de industrialização da agricultura somado ao, também acelerado, processo de urbanização e migração campo/cidade e cidade/cidade, contribuiu com a formação dos centros metropolitanos de Goiânia e Brasília, com os complexos industriais da soja do Sudoeste Goiano, com a industrialização de Catalão no Sudeste Goiano, Anápolis no Centro e Aparecida de Goiânia na Região Metropolitana de Goiânia, bem como com a explosão dos setores terciários em Goiânia e Anápolis” (A.F. Oliveira, E. F. Chaveiro e U.F. Oliveira, 2009, p.232).

No contexto contemporâneo, diante das redes globais formadas: Goiás moderno tem as mãos na modernidade e os pés na tradição. As empresas se instalam fisicamente no território goiano, porém, sua gestão está inserida num sistema de rede internacional que movimenta o fluxo de capital que a alimenta, ao mesmo tempo em que é alimentado por ela. (A.F. Oliveira, E. F. Chaveiro e U.F. Oliveira, 2009, p.232)

O contexto de formação da rede urbana ao sul do Roteiro da Missão Cruls está diretamente relacionado com o desenvolvimento de algumas cidades, principalmente Uberaba e Uberlândia. Na primeira metade do século XIX, Uberaba se firma como o principal núcleo urbano de ligação entre o litoral de São Paulo e Rio de Janeiro e as províncias de Goiás e Mato Grosso. Dada sua localização privilegiada, a cidade se torna um nó de articulação e um dos pontos principais de parada dos viajantes com destino as essas regiões. Segundo L. A. B. Lourenço:

“Uberaba beneficiou-se de sua localização-chave, na intersecção entre esses dois eixos, um disposto no sentido leste-oeste (Minas – sertão) e outro no sentido norte-sul (Goiás – São Paulo). Na primeira metade do século XIX, formou-se uma rede de estradas inter-regionais e interprovinciais sobre o Sertão da Farinha Podre, tendo Uberaba como nó central” (L. A. B. Lourenço, 2007, p.322).

Essa primazia representada por Uberaba devia-se ao seu nível de centralidade em relação aos demais núcleos urbanos, pelo fato da região não contar com outros núcleos de maiores proporção e polarização nas suas proximidades. Em Uberaba concentravam-se os comércios e profissionais como juristas, médicos, farmacêuticos e cirurgiões, professores, comerciantes e guarda-livros, funcionários públicos, etc.; o que favoreceu o crescimento urbano e o desenvolvimento econômico da cidade nesse período.

Nessa direção, L. A. B. Lourenço afirma que:

“[...] Uberaba era o nó de um sistema radial de estradas, os entrepostos obrigatórios de todos os fluxos mercantis de norte e oeste, dos territórios de Goiás e Mato Grosso. Nesta situação, os negociantes ali radicados estavam em posição favorável para extrair grande parte do excedente gerado pela economia situada a montante, por meio de manipulação das condições de mercado. Uberaba também centraliza atividades como atendimento médico, educação, acesso à justiça e administração pública” (L. A. B. Lourenço, 2007, p.87).

Ao longo do século XX a área foi marcada por um processo de diversificação produtiva, com desenvolvimento de atividades agropecuárias, agroindústria moderna, atividade comercial e industrial e também de atividades modernas de serviços. Tais transformações alteram a dinâmica de cidades de porte médio, como Uberlândia e Uberaba. A partir dos anos 1960-70 altera-se a dinâmica de ocupação da com entrada do agronegócio e do processo de urbanização, ocorrendo uma refuncionalização da rede urbana o que coloca Uberlândia como um centro regional. O que se deve destacar, enfim, é que esse processo acelerado de urbanização carrega consigo vários problemas ligados todos a uma mesma lógica.

O turismo cultural como proposta de reconversão dos territórios

Nos últimos anos, o turismo tem assumido o papel de maior atividade civil do planeta, sobretudo, em termos de geração de renda e de emprego. Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT¹), a atividade foi responsável no ano de 2005 por cerca de 12% do PIB e 10% dos empregos mundiais, constituindo-se como uma das maiores atividades econômicas da atualidade (Silva, 2007). Em 2011, os valores gerados por esta atividade económica ultrapassou o milhar de milhão de dólares dos EUA (1 bilhão de dólares EUA). Silva e Pereira (2009, p. 277) reforçam esta ideia, afirmando que *“o turismo é uma mais-valia para qualquer região [...] e a rentabilização dos vastos recursos ambientais e patrimoniais contemplando a vertente turística é [...] um dos eixos de intervenção para a promoção do desenvolvimento local”*. O espaço geográfico correspondente á área do Roteiro da Missão Cruls, apresenta pela sua história diversas possibilidades que poderão permitir o desenvolvimento do turismo. De facto uma das estratégias possíveis para motivar sustentabilidade dos territórios e fomentar o desenvolvimento endógeno dos territórios é o turismo, nomeadamente, o turismo interpretativo e cultural.

¹ <http://media.unwto.org/es/press-release/2012-05-14/los-ingresos-por-turismo-internacional-sobrepasan-el-billon-de-dolares-en-2>.

O turismo interpretativo deve ser entendido como um processo ativo e participado de análise e compreensão do território e da paisagem nas suas múltiplas dimensões: ambiental, biogeofísica, histórica e produtiva. Neste caso a definição percursos de observação é, fundamental para o estímulo e orientação do olhar interpretativo, fomentando o contato com realidades em interação que no seu conjunto moldam a identidade dos lugares e das regiões (Alcântara, 2007; Pereira & Pedrosa, 2010). Quanto ao turismo cultural entendido como complementar do primeiro, deve promover a experiência concreta de ambientes culturais específicos de determinadas regiões ou comunidades, através da aproximação aos seus valores, tradições e estilos de vida, do conhecimento do seu património e das suas artes visuais e decorativas ou até mesmo da participação lúdica nas suas atividades quotidianas da esfera produtiva, lúdica e religiosa (Pedrosa & Pereira 2008; Pérez, 2009). Associado a estes dois tipos de turismo começa desenvolver-se o turismo sensorial, que se situa numa esfera da vivência pessoal, e relaciona-se com o processo de descoberta novos espaços, apreendendo o território através dos sentidos onde se pode propor percursos de exploração de territórios musicais, de novos olhares sobre paisagens evolutivas ou de rotas de sabores gastronómicos regionais. (Pedrosa & Pereira, 2008)

É nesta perspectiva inovadora dos territórios enquanto produto turístico e uma visão de turismo como eixo de mobilização de atores locais e dinâmicas de desenvolvimento endógeno que se torna necessário aprofundar o conhecimento histórico-cultural dos “lugares”.

Patrimônio na área do Roteiro da Missão Cruls

A noção de patrimônio corresponde, na sua essência, à atribuição de significado e valor a algo, enquadrada num determinado contexto histórico, económico e sociocultural. O conceito de patrimônio é indissociável do ato de reconhecimento, quase sempre coletivo e de uma lógica de transmissão inter-geracional, ancorada na ideia de herança ou legado, termos com grande proximidade semântica ao primeiro (Pereira 2012).

A evolução do conceito de patrimônio imbui-o de conotações cada vez mais complexas (Vecco, 2007) foi assimilado pelos processos de definição e afirmação identitários, associou-se à preservação da memória, transformou-se em pertença do povo e da nação. A sua proteção passa a ser competência dos órgãos de governo e administração, desde a escala internacional à escala local. Desvincula-se da ideia de propriedade. Hoje, o discurso sobre o patrimônio não está centrado na noção de posse. Pelo contrário, imperam as referências aos conceitos de gestão, proteção, preservação, classificação, divulgação, valorização. Nesse contexto, o patrimônio adquire o estatuto de recurso econômico, frequentemente sob a égide do desenvolvimento endógeno e sustentável, muitas vezes não se encontrando claramente balizado o direito da sua exploração.

Se concebermos como Patrimônio Cultural todos os bens que se apresentam como testemunhos, ou seja, entendidos como portadores de valores civilizacionais ou de ordem cultural considerados de interesse sociocultural relevante, então, devem ser objeto de especial proteção e valorização. Consideramos, assim, como bens de interesse cultural relevante aqueles que refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, bem como outros bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva de um povo ou de uma região (Bérard & Marchenay, 2004; V. Jorge, 2005).

Baseado na Conferência Geral da UNESCO de 16 de Novembro de 1972, é possível tornar “valores” naturais em patrimônio, em que se considera patrimônio natural: “*os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico*”, bem como “*as formações geológicas e fisiográficas [...] com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação*” (UNESCO, 1972). Esta indubitável referência ao valor patrimonial dos elementos geológicos e geomorfológicos, testemunhos da história natural da Terra e dos processos evolutivos atuais, ao nível da geodinâmica interna e externa, complementa-se com o reconhecimento da importância dos exemplos notáveis ou paradigmáticos da “*interação humana com o meio ambiente*” e “*da criação de paisagens*” (UNESCO, 1972).

É a percepção humana que confere às geoformas e aos processos morfogenéticos subjacentes, valor científico, histórico, cultural, estético ou socioeconômico. (Panizza, Piacente, 1993, 2008; Panizza, 2001; Reynard, 2005, 2008; Pereira 2012; Pedrosa, 2012).

No Roteiro da Missão Cruls existem vários parques e áreas de conservação que têm o status de patrimônio natural e vários outros que podem vir a ser classificados como tal.

Merece destaque o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, visitada pelos pesquisadores da Missão Cruls, em 1892. Dada sua biodiversidade, poderíamos acrescentar sua geodiversidade, foi classificado, em 2001, como patrimônio da Unesco com o nome oficial de “Áreas Protegidas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas”. Entre as espécies da fauna que habitam o parque, cerca de cinquenta são classificadas como raras, endêmicas ou sob risco de extinção na área. No tocante à flora, já foram identificadas 1476 (um mil quatrocentas e setenta e seis) espécies de plantas no parque, das 6429 (seis mil quatrocentas e vinte e nove) que existem no bioma do cerrado. Para além da relevância ambiental que possui, apresenta também um forte sentido místico não apenas pelas suas exuberantes paisagens e abundantes aflorações de quartzo, mas também pelo facto da Chapada ser cortada pelo Paralelo 14, o mesmo de Machu Picchu.

Para além do patrimônio natural temos de considerar todo o patrimônio construído, entendido como o conjunto de sítios arqueológicos ao qual podemos associar todos os edifícios que pela sua história, arquitetura, monumentalidade, quer sejam de ordem militar, civil ou religiosa, mostrem-se importantes para a compreensão e definição da identidade do território e do povo que nele habita (Criado Boado, 1999). Eles podem contar a evolução da ocupação do espaço em que se inserem e os contextos sociais, civilizacionais, culturais e econômicos em que foram construídos. Para se usar um conceito de Milton Santos, que aqui poderia ser aplicado, poderíamos falar nas rugosidades, enquanto um fenómeno que expressa bem esse efeito da paisagem enquanto um reflexo bem marcado da história humana.

O inventário detalhado de uma área com importância histórica numa base de dados georeferenciada permite o desenvolvimento de uma infinidade de pesquisas por diferentes especialistas de forma a que se produza informação para posterior divulgação. Paralelamente, para além desse efeito direto e mais pragmático, digamos assim, é possível ainda criar as condições necessárias para atitudes conservacionistas e de valorização. É a história e a identidade de um povo e de um território que estamos a valorar.

Na área Roteiro da Missão Cruls existe um diversificado património histórico cultural tombado por diversos organismos. Podemos salientar a cidade de Goiás, classificada como património mundial da UNESCO, em 2001. Goiás, em verdade, é o último exemplo de ocupação do interior do Brasil conforme praticado nos séculos XVIII e XIX. Exemplo tanto mais admirável na medida em que a paisagem que a rodeia permaneceu praticamente inalterada. (Dossiê, 1999, p. 5-6). A cidade testemunha a maneira como os exploradores de territórios e fundadores de cidades, portugueses e brasileiros isolados da mãe pátria e do litoral brasileiro, adaptaram à realidade difícil de uma região tropical os modelos urbanos e arquitetónicos portugueses e tomaram de empréstimo aos índios, diversas formas de utilização dos materiais locais.

Mas, para além, da cidade de Goiás existe outro tipo de património construído também tombado por diferentes organismos brasileiros. Na cidade de Pirenópolis – um dos pontos fulcrais da Missão Cruls para a delimitação do Quadrilátero Cruls – para além de ter sido tombada como conjunto arquitetónico, urbanístico, paisagístico e histórico pelo IPHAN – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, em 1989, apresenta vários exemplos de edifícios religiosos e civis edificadas no século XVIII que constituem um importante valor patrimonial.

A Ponte Pênsil Affonso Penna, em Itumbiara – GO é fruto do traçado da antiga Companhia Mogiana de Estrada de Ferro (CMEF) e foi classificada como Património Cultural Brasileiro, devido ao fato de ser “*testemunho vivo*” (IPHAN, 2012) da participação mais significativa do estado de Goiás na vida socioeconómica do Brasil em meados do século XIX. Foi considerada como o

“[...] primeiro artefato da modernidade a chegar ao estado de Goiás, levando o progresso e a inclusão na vida socioeconômica do país. Ela significa ainda a integração centro-sul na era da Revolução Industrial e, ainda hoje, é considerada como um dos símbolos mais importantes da cidade de Itumbiara e do estado de Goiás” (IPHAN, 2012).

Para além do valor histórico e cultural que transcendem os limites do lugar, um patrimônio dessa ordem apresenta ainda um valor especial ligado à sua própria evolução histórica. Nesse sentido, deve-se ter em conta e existência de bens culturais que terão de ser entendidos nos respectivos contextos, já que pelo seu valor testemunhal, possuem uma relação interpretativa e informativa apenas entendível na conjuntura em que se desenvolveram. Nesses casos estão inseridos os valores das culturas tradicionais inerentes a cada região, de modo a que se assegure a transmissão de uma herança, cuja continuidade e constante enriquecimento contribuíram e contribuem para unir as gerações. O patrimônio imaterial, como vem sendo chamado esse tipo de patrimônio, permite promover e dignificar a pessoa humana, possibilitando a democratização da cultura, entendida como esteio da identidade cultural de um povo ou de povos (Rodríguez Becerra, 1997; Stoffle, 2000; Pereiró, 2006; Vecco, 2007).

A cidade de Goyaz apesar de ter sido classificada em função do seu patrimônio arquitetônico e urbanístico, apresenta também diversas manifestações culturais de forte impacto e que resultam das *“nobres tradições de Goiás”* (Cora Coralina, 1980) e resgatam as memórias dos vilaboenses (Delgado, 2005). A procissão do Fogaréu que se realiza nas celebrações da Semana Santa é citada por Fonseca (2003) como exemplo de patrimônio imaterial e que deveria ser tombado pelo Iphan. É dos eventos que atrai mais turistas à cidade de Goiás (Carneiro, 2005; Delgado, 2005) e se fosse classificado como patrimônio imaterial ou intangível, conforme Fonseca (2003) propõe, contribuiria para a efetivação do projeto da identidade ou memória coletiva da cidade (Delgado, 2005). A Procissão do Fogaréu circula entre os pontos turísticos do centro da cidade, desde o ponto de partida – que é o mesmo da chegada – e todos os pontos de passagem e parada no transcorrer da caminhada são *“lugares sim-*

bolicamente definidos”. Isso faz valorizar os “*seus principais templos religiosos, contribuindo ainda para valorizar determinadas especializações arquitetônicas das habitações*” (Sousa, 1992).

Outros exemplos de patrimônio imaterial ou intangível presentes na área do Roteiro podem ser mencionados como as chamadas populações tradicionais – hoje em situação bastante crítica perante o processo de modernização técnica experimentado na área o que permite colocá-las enquanto comunidades vulneráveis. Essas populações ou comunidades tradicionais relacionam-se a uma vasta diversidade sociocultural, constituída nos vários séculos da história da ocupação do interior do território brasileiro e à qual corresponde uma organização muito própria da estrutura econômica, cultural e social.

As comunidades indígenas e os remanescentes de quilombos formam os núcleos com maior visibilidade que se expressam nas chamadas “terras de índio” e “terras de preto”. Essa visibilidade se deve em parte ao esforço pela demarcação de seus territórios, sobretudo a partir da Constituição de 1988 nos marcos da democratização do país. Existem, todavia, outras formas fundiárias distintas vivenciadas por comunidades inseridas nos mais diferentes biomas, como as de açorianos, babaçueiros, caiçaras, jangadeiros, caboclos, etc. (Lowën Shar, 2005)

Interessa-nos, no quadro deste trabalho, discutir não só o patrimônio imóvel (sítios arqueológicos e construções de cariz e monumentalidade diversa), mas também o móvel (objetos de diversa ordem que pode ir de obras de arte a objetos de uso comum, utilizados pelas diferentes sociedades) e o imaterial (memórias, tradições, usos e costumes, maneiras de ser, estar e fazer...).

O patrimônio ou patrimônios não devem ser encarados numa perspectiva isolada, mas devem ser entendidos como parte de um espaço e a sua compreensão e valorização só se torna possível quando enquadrados na evolução histórico-cultural das sociedades e dos territórios que lhes pertencem. Uma das formas de se conseguir fazer os seu estudo integrado é a sua inserção na paisagem já que apesar de exprimir um conceito polissêmico possui um domínio de significância extremamente vasto, integrando o léxico de diversas ciências e possuindo múltiplas dimensões (Pedrosa & Pereira, 2013)

O estudo da paisagem, quando entendida na sua acepção mais vasta, permite uma abordagem integradora da realidade física e humana, potenciando a convergência e interligação dos vários domínios do saber que contribuem para a sua compreensão plena. O conceito de paisagem evoluiu associado à epistemologia das ciências e, em particular, da geografia, mas em síntese pode-se afirmar que *“foi evoluindo desde uma posição muito próxima da geografia física, até revelar maiores preocupações com os processos económicos e culturais, procurando abarcar a totalidade de fenómenos no espaço estudado”* (Salgueiro, 2001). Pode-se, então, considerar que se verificou uma integração progressiva dos fatores antrópicos, enquanto forças de construção, transformação e modelação da paisagem. É desta evolução que surge o conceito de paisagem cultural entendida como *“uma obra conjugada do homem e da natureza”* (UNESCO, 1972).

Deste modo as paisagens culturais traduzem a evolução das sociedades humanas e da ocupação e apropriação do meio físico ao longo dos tempos, sob a influência de condicionantes e/ou oportunidades estabelecidas pelo ambiente natural e pelas sucessivas forças sociais, económicas e culturais, de ordem interna ou externa. O termo paisagem cultural engloba, deste modo, um conjunto diversificado de manifestações resultantes da interação entre o Homem e o meio ambiente (Pedrosa, 2012, 2013).

Para além das paisagens culturais já classificadas na área do Roteiro da Missão Cruls é necessário inventariar e propor a criação de outras, nomeadamente nos territórios que refletem a aplicação secular de técnicas sustentáveis de uso do solo, adaptadas às suas características naturais e que servem de suporte às comunidades humanas e às suas atividades. Esta ideia não significa que defendemos um modelo conservacionista obsoleto e desajustado de uma visão dinâmica dos sistemas ambientais e antrópicos, mas pelo contrário que estas paisagens são construções sócio-ambientais e culturais resultantes de determinados contextos de tempo e de espaço e, como tal, estão em contínua mudança e evolução. Deste modo, pensamos que é importante definir e equacionar estratégias e modelos de conservação da paisagem construída, que não impliquem manter inalterados estilos de vida, usos do solo e processos produtivos arcaicos. Pelo contrário, deve-se procurar potenciar a evolução sustentável a longo prazo destes territórios, harmonizando valores paisagísticos, ambientais, patrimoniais e socioeconómicos.

Estes espaços mantiveram uma relação multissecular entre os processos naturais e as atividades antrópicas que possibilitou o desenvolvimento de um equilíbrio dinâmico, assente numa estrutura de interdependência e complementaridade de funções. Por isso, esta paisagem cultural pode ser considerada uma paisagem viva, cuja continuidade só poderá ser garantida através da manutenção do seu papel social, associado à preservação e evolução sustentável dos modos de vida e processos produtivos tradicionais, mas procurando novas funcionalidades de modo a garantir a sua sustentabilidade em moldes mais atuais.

Estratégias para a implementação da proposta de turismo cultural no Roteiro da Missão Cruls

Uma das estratégias possíveis para implementar o turismo cultural pode passar pelo desenvolvimento do turismo interpretativo, sensorial e cultural. Para a sua implementação de forma sustentável é necessário a infra estruturação do território e a promoção de diversas atividades relacionadas com o turismo cultural.

A infra estruturação dos espaços tem como objetivo facilitar o acesso do turista, assim como, a sua satisfação em termos de atendimento. Para além das vias de comunicação que poderão ser melhoradas ou implementadas é necessário o aparecimento de hotéis, unidades de turismo rural e agroturismo. Assim deve ser pensada uma rede de hotelaria organizada e que possa servir diversos vetores do turismo. Os hotéis existentes são poucos e necessitam de um forte investimento para atingir os padrões de qualidade necessários para servir os diferentes tipos de turista. Uma ideia importante seria a recuperação dos casarões antigos, muitos deles em estado de degradação avançada, e transformá-los em restaurantes, em casas de turismo rural, de agroturismo e/ou hotéis rurais, que seria uma forma de se recuperar o investimento que é necessário fazer para a sua recuperação. Para certa classe de turistas, a ideia de usufruir de prédios históricos possibilita a exploração desta via turística, criando condições de permanência na região de um maior número de turistas potencializando o aparecimento de outro tipo de serviços e permitindo um desenvolvimento com forte sustentabilidade.

Uma outra ideia passa pela recuperação da gastronomia local tradicional associada a uma diversificação do tipo de restaurantes com atendimento mais personalizado. É importante que o atendimento ao público nos serviços de restaurantes deve sofrer uma profissionalização, daí a necessidade de criação de cursos profissionais vocacionados para esta área de trabalho, que pode beneficiar as populações tradicionais.

Uma outra estratégia poderá passar pela criação de museus, ecomuseus ou parques urbanos, parques arqueológicos e geoparques. A proposta deve ter em consideração os museus já existentes na área, mas o interessante será a criação de uma rede ou redes de modo que existe uma interconexão entre todos que permita uma boa gestão nomeadamente no que se refere aos temas que possam abordar.

Os museus no sentido tradicional do termo podem ter uma formação pedagógica importante no sentido da sensibilização das comunidades locais e população em geral para a compreensão do seu próprio processo cultural e podem promover a interconectividade com outros vários aspetos locais, regionais, nacionais ou internacionais que possuam relevância patrimonial, econômica ou social. A ideia é pensar em espaços museológicos onde as novas tecnologias e a interatividade estejam presentes, tendo particular atenção às possibilidades pedagógico-didáticas e turísticas deste espaço.

No Roteiro da Missão Cruls não existe qualquer tipo de ecomuseus, mas pode ser uma ideia importante a sua implantação nesta área. Esta proposta deve-se ao fato deste novo conceito de patrimonialização se caracterizar por ser um espaço aberto, um espaço de povoação, de representatividade da identidade da população e, mesmo de ordenamento do território com intenção de definir uma estratégia de desenvolvimento dinâmico da região em que se insere, tendo em atenção os valores culturais do presente, mas preservando os do passado, como forma de pensar o futuro nas suas diversas formas de sustentabilidade (Teixeira, 2005). Este modo de pensar os ecomuseus leva a que um dos principais objetivos seja a valoração dos seus valores patrimoniais - sejam naturais, arqueológicos, construídos ou culturais - que foram arquitetando ao longo da sua história um espaço profundamente cultural que possui reflexos visíveis na paisagem, entendido como uma paisagem cultural (Gastal, 2010).

Neste sentido, o conceito de ecomuseu deve procurar manter os níveis de sustentabilidade e cooperar para o desenvolvimento de modo a contribuir para a revitalização do território que abarca, já que se inserem, quase sempre, em espaços territoriais deprimidos. Esta ideia só pode ser alcançada se a comunidade se sentir envolvida no projeto, que terá de ter como prioridade, o aproveitamento e valorização do patrimônio e identidade cultural, mas obrigatoriamente, terá de incentivar e promover a diversificação de outras atividades no seu espaço, nomeadamente associadas ao turismo cultural e/ou outras que propiciem uma melhoria socioeconômica e permita encontrar novos motivos que levem à fixação da população no território com reflexos visíveis na paisagem, entendida como uma paisagem cultural (Pedrosa & Barbosa, 2012).

A construção de parques urbanos, parques arqueológicos, geoparques, pode também corresponder a infraestruturas turísticas importantes apesar de não ser o seu único objetivo. Nesta área já existem alguns implementados, mas é necessário aumentar o seu número e a sua interconectividade assim como a sua gestão temática. O parque urbano possui novos contornos culturais e estéticos, devendo ser encarados nos seus diferentes tempos, funções e usos. As funções que desempenham não se submetem a um padrão: enquanto alguns poderão estar quase que exclusivamente vinculados à proteção ambiental, apresentando uso restrito, outros poderão atrair multidões, pela diversificação dos seus usos. Quanto às formas de tratamento, compreendem desde a linguagem formal até a ambiência naturalista. Com relação aos equipamentos, variam dos que têm seu ponto alto nos equipamentos culturais, desportivos e recreativos aos que possuem como atração principal os caminhos e as áreas de estar sob uma densa arborização. Essa diversidade é reflexa das necessidades do parque, do pensamento e do gosto de um grupo, de uma época.

Os parques arqueológicos poderão ser um meio de preservação do patrimônio histórico e arqueológico assim como permitir o desenvolvimento educacional e cultural em diversas perspectivas: proteção e ordenamento dos vestígios arqueológicos; ampliação das pesquisas históricas e arqueológicas por meio da criação de programas de escavações arqueológicas, possibilitando um conhecimento mais amplo sobre a cultura material e a história de uma deter-

minada região; ampliação dos conhecimentos sobre as diversas atividades das populações e dinâmica social dos primórdios da colonização desta região de Minas Gerais e de Goiás.

A definição de geoparques entendidos como um território de limites bem definidos deve possuir uma área suficientemente grande, de modo, como propõe a UNESCO, a servir de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico local e regional. Deve abranger um determinado número de sítios geológicos, de relevo ou, um mosaico de entidades geológicas de especial importância científica, raridade e beleza, que seja representativa de uma região e da sua história geológica. Poderá não possuir exclusivamente significado geológico, mas incorporar também significados ao nível geomorfológico, ecológico, arqueológico, histórico e cultural.

Dentre as atividades que têm como objetivo a promoção dos territórios e das suas populações para turismo cultural destacam-se as ações de Marketing territorial. Se entendermos que o Marketing corresponde a uma orientação de planejamento e gestão, de todo um processo sistemático que se inicia por definições estratégicas, nomeadamente pela clara definição do mercado-alvo e do posicionamento que se pretende atingir neste mercado, face às propostas da concorrência, ele deve refletir um compromisso entre a rentabilidade das organizações e a procura da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Neste sentido deve associar um conjunto de técnicas e ferramentas disponíveis para atingir os objetivos a que se propõe na sua estratégia inicial (Kotler, Haider & Rein, 1992; Fonseca, 2006, Benko, 2000, Kastenholz, 2008, Correia, Brito, 2009).

Nesta perspectiva, o Marketing é utilizado no contexto do planejamento e da gestão dos territórios, sejam eles aldeias, cidades, regiões, países ou até continentes.

“Aliás, defende-se que cada território aplique, de forma mais ou menos consciente, sistemática e adequada, ferramentas de marketing, procurando atrair residentes, investidores e visitantes e criar uma “imagem de marca” que resulte, de modo indireto, em mais-valias num conjunto de áreas de atuação, sejam elas económicas, sociais ou culturais” (Kastenholz, 2008). Torna-se, então necessário, definir um

“produto” ou “produtos” que permitam a concepção de marca que reforce a identidade do território, englobando a segmentação do público-alvo e a definição de uma lógica de promoção e posicionamento no mercado” (Cidrais, 1998; Pereira *et al.*, 2008).

É necessário tomar medidas de requalificação e valorização do patrimônio, natural, ambiental e construído. Para isso torna-se importante fazer a inventariação dos elementos de arquitetura civil, religiosa e militar que em função do seu valor patrimonial e histórico constituem por si só uma “mais valia” para o desenvolvimento do turismo e são representativos da forte identidade cultural das gentes que habitaram e “marcaram” esta região. Também devem ser considerados os elementos naturais que pelo seu valor científico, estético devem ser preservados no sentido da sua valorização cultural e inseridos nos circuitos de turismo cultural e científico.

Conclusão

O grande oeste brasileiro sempre se constituiu em um grande desafio desde o início da colonização. Sua ocupação deu-se de maneira muito lenta no início e praticamente se configurou como uma conquista de terras alheias. Essa área nunca foi despovoada com uma imensidão de povos indígenas que foram em parte eliminados e em parte absorvidos pelos grupos europeus e outros ainda permaneceram em reservas demarcadas pelo Estado brasileiro. Ao longo do processo de ocupação, vários escravos negros fugidos também encontraram na área o seu refúgio e, ainda hoje, apresentam-se na área enquanto remanescentes quilombolas em grande número; alguns demarcados pelo Estado desde 1988, outros que ainda sequer foram registrados.

Sobretudo a partir da segunda metade do século XX, o processo de ocupação acelerou-se e as antigas vilas e aldeias transformaram-se bruscamente em cidades de médio e grande porte. A construção de Brasília, nos anos de 1950, foi fundamental para esse desenvolvimento, tendo sido, em verdade,

um projeto geoestratégico do Estado brasileiro no sentido de criar justamente uma dinâmica de ocupação integrada ao centro econômico do país, qual seja São Paulo e Rio de Janeiro.

As dificuldades encontradas quanto aos solos e suas limitações para o desenvolvimento agrícola foram superadas desde a Revolução Verde e suas técnicas de manejo do solo; o grande cerrado pode ser convertido finalmente no “grande celeiro” projetado pelos militares no poder de 1964 a 1985. As políticas de Crédito Rural devem aqui ser lembradas, uma vez que foram fundamentais para a consolidação do grande Complexo Agroindustrial brasileiro. O agronegócio sem dúvida marcou definitivamente a ocupação da área e se sobrepôs às várias populações instaladas anteriormente desde séculos atrás.

É muito claro para nós que a sobreposição de uma nova “cultura” sobre as “culturas” presentes no lugar trouxe descompassos que se refletem ainda hoje, mesmo porque o processo além de muito rápido, ou até por isso mesmo, não absorveu a todos de maneira equânime ou equilibrada. Os descaminhos do subdesenvolvimento acompanharam os passos desse processo de ocupação acelerado e manifestam-se abertamente nas periferias das cidades que crescem avassaladoramente. As populações dos campos são empurradas para as cidades vertiginosamente ainda hoje e, paralelamente, crescem os movimentos em torno da terra para o trabalho. O descompasso engole as populações de modo que as mesmas perdem o seu sentido original e seus costumes e hábitos contaminam-se no processo urbanizante, globalizante num fervor de apelos de consumo cada vez mais distantes das culturas tradicionais. A vulnerabilidade dessas comunidades deve ser tratada de modo específico de modo a assegurar a sua existência.

Os ganhos do processo de instalação da lógica capitalista acelerada que vigora em nossa sociedade não pode ser desmerecido evidentemente, mas ao mesmo tempo há de se fazer um diagnóstico acertado acerca dessas problemáticas instaladas e analisar formas de possibilitar uma distribuição mais equilibrada dos seus ganhos e amenizar as perdas tão perversas que acompanham esse processo. A partir de um diagnóstico sistemático das condições e características locais pode-se apontar alternativas que se dirijam a um desenvolvimento sustentável da região.

Entre os principais problemas de imediato encontrados estão os ligados à mineração e à pecuária extensiva. Com suas peculiaridades, a primeira apresenta uma série de riscos e impactos ambientais inegáveis. Atualmente, há uma enorme quantidade de minas, seja da primeira fase de ocupação, ligadas à exploração de pedras preciosas e diamantes ou das demais fases, conforme já diagnosticamos (segunda fase: exploração de materiais para construção ligada ao processo de urbanização crescente; terceira fase: exploração de recursos não metálicos para as indústrias de fertilizantes e de correção de solos que acompanhou o processo de instalação do agronegócio na área; e exploração de nióbio e titânio uma das mais ricas fontes de exploração mineral). Parte dessas minas encontra-se ativa, outras já estão desativadas, mas os dois tipos apresentam problemas que carecem de diagnóstico acertado e de alternativas interessantes a fim de permitir um uso sustentável para as populações locais.

A pecuária extensiva, praticada desde os primórdios da ocupação pelos bandeirantes que encontraram nela a melhor alternativa para garantir a sua posse, trouxe como maior problema a descaracterização quando não destruição do ecossistema original, qual seja o Cerrado em transição para a Mata Atlântica. O desequilíbrio causado nesses casos tem reflexos que ainda nem sequer foram totalmente diagnosticados como os efeitos sobre as nascentes fundamentais à manutenção da água nessa área; a dinâmica das chuvas e das secas; a erosão dos solos já frágeis pela própria constituição etc. Associado a essas questões de ordem natural deve-se somar a inviabilidade das práticas agrícolas de subsistência em meio a uma avassaladora tomada de terras próprias ao agronegócio.

Outro sério problema já diagnosticado na área é a instalação de uma grande quantidade de usinas hidrelétricas e de lagos represados. É de conhecimento geral que os represamentos das águas têm atingido uma imensa quantidade de pessoas que precisam ser deslocadas de seus espaços originais e se readequarem às novas condições que lhe são impostas. Não se trata de negar a importância e a necessidade da energia elétrica para o funcionamento das sociedades cada vez mais urbanizadas na área. No entanto, há de se diagnosticar mais adequadamente as condições de vida dessas populações ou se se quiser aqui, dessas comunidades, no sentido de apresentar alternativas mais sustentáveis de sobrevivência

em meio a uma situação de claro “desacerto” diante do impacto causado pela nova situação. Os grandes empreendimentos de maneira geral vêm sendo alvo de sérias críticas por parte da comunidade científica que assinala os prejuízos ambientais e sociais que os mesmos têm trazido.

O agronegócio característico desde os anos de 1980 quando começaram a ser aplicadas as técnicas de correção de solo, aplicação de fertilizantes, uso de maquinário agrícola e uso de agrotóxicos eficientes no combate às pragas, também acabou se constituindo como um problema marcante na área. A contaminação dos lençóis freáticos e, conseqüentemente dos rios da região, não precisa de maiores esclarecimentos para se perceber a gravidade do assunto. Aqui também aparece a necessidade de agregar tudo que já foi diagnosticado nas pesquisas já realizadas a alternativas mais sustentáveis. Além disso, a importância maior relativa a esse diagnóstico diz respeito ao reconhecimento da capacidade da população local e das comunidades presentes no sentido de apresentar formas de reação sustentadas na legislação que impeçam o uso inadequado e suas sérias conseqüências a si mesmas.

Outro aspecto bastante importante é a necessidade de demarcação ou mapeamento de comunidades tradicionais que pela própria história da ocupação ainda hoje se apresentam (ou mais acertadamente seria dizer não se apresentam) como desconhecidas ou “isoladas”. Aqui podem ser apresentadas as comunidades dos remanescentes quilombolas, indígenas e ribeirinhos, sobretudo. Estas populações que foram “engolidas” pelo processo de capitalização avassalador que se instalou sobre a área carecem de um diagnóstico apropriado. Isto envolve o (re)conhecimento de seus *modus vivendi* particulares, com as suas expressões culturais e sua sociabilidade. Vários trabalhos de pesquisa já vêm sendo desenvolvidos para esses casos, porém, ainda há muito a se fazer nesse sentido. Acreditamos que essas comunidades tradicionais são as mais vulneráveis na área no sentido de estarem perdendo cotidianamente as suas características originais não por desejo, mas por falta de opção.

Levantar e analisar as alternativas que possibilitem a existência de nichos conservados e/ou preservados nessas áreas é de fundamental importância não somente no sentido ambiental, mas, sobretudo no sentido social e cultural

garantindo a sobrevivência com qualidade de populações que se encontram na marginalidade desse sistema de exploração e que dependem das condições naturais originais para tanto.

Se concebermos como Patrimônio cultural, todos os bens que se representam como testemunhos, ou seja, entendidos como portadores de valores civilizacionais ou de ordem cultural considerados de interesse sociocultural relevante, então, devem ser objeto de especial proteção e valorização. Consideramos, assim, como bens de interesse cultural relevante aqueles que refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, bem como outros bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva de um povo ou de uma região (Bérard & Marchenay, 2004; Jorge, 2005).

Deve ser também desenvolvido a promoção ao estímulo da recuperação e incremento de diversos tipos de atividades tradicionais. Estas atividades devem ter como objetivo a valorização dos produtos tradicionais e sua autenticidade de forma que apresentem certo retorno financeiro para as comunidades. No que se refere ao artesanato, para além de se poder manter as formas tradicionais de trabalho pode incentivar-se o aparecimento de novos modos de tratamento dos materiais e, como tal, o surgimento de novas formas de artes plásticas.

Ainda nas questões de marketing territorial pode desenvolver-se rotas turísticas que envolvam todos os agentes da região. De fato, rotas, percursos ou trilhos constituem valiosos guias que orientam a descoberta de um território desconhecido. A exploração de um espaço geográfico e a compreensão da sua identidade é um processo que implica uma relação longa e exigente entre o observador e o território. Este processo de conhecimento requer disponibilidade para permanecer, percorrer, ver, cheirar, sentir, interpretar, relacionar elementos, apreender padrões, identificar contrastes. Devido à morosidade e exigência deste processo, a riqueza e diversidade de uma paisagem permanecem frequentemente ocultas face ao olhar do turista. É precisamente este o papel desempenhado por uma rota turística, conduzir e motivar o olhar interpretativo sem, no entanto, condicionar a liberdade de opção e o interesse pessoal do turista. Nesse sentido, uma rota turística não deve restringir-se ao traçar de um dado trajeto, tendo

por missão dar visibilidade a todas as dimensões da paisagem e contribuir para a compreensão da interação de fatores que se encontram na sua gênese (Pedrosa & Pereira, 2012; Bento, L. *et al.*, 2012).

Referências bibliográficas

- Alcantara, L. C. (2007). Trilhas interpretativas da natureza, monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília- UnB, Brasília.
- Anselmo, R. C. M. Souza (2000). *Geografia e Geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser*. Rio Claro, Unesp. (Tese de doutoramento).
- Bérard, L., Marchenay, P. (2004). Les produits de terroir - Entre culture et règlements, CNRS Éditions, Paris, 2004, 225 p.
- Bento, L. C. M., Martins, T. I. S., Oliveira, P. C. A., Pedrosa, A. S. (2012). Uma proposta de rota geocultural para o município de Indianópolis-MG. *Geotextos* (Online), v. 8, p. 75-96.
- Bessa, K.C.F. Oliveira (2009). *Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o lugar na era das redes*. 2001. 333 f. (Dissertação de mestrado). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, p. 146-162, Uberlândia
- Carneiro, K. C. (2005). *Cartografia de Goiás: Patrimônio, festa e memórias* (Dissertação de Mestrado). Apresentada ao curso de Mestrado em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 118p.
- Castillo, Ricardo (2007). Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. *Revista da ANPEGE*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 33 - 43.
- Coralina, C. (1980). Poemas dos becos de Goiás e estórias mais. Goiânia: Editora da UFG.
- Criado Boado, F. (1999). Del Terreno al Espacio: planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela [CAPA: Cadernos de Arqueoloxía e Patrimonio, 6].
- Dossiê (1999). Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1 CD-ROM.
- Ferreira Delgado, A. (2005). Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da humanidade”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143.
- Fonseca, M. C. (2003). Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Abreu, Regina; Chagas, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 56-76.
- Gastal, S. (2010). Museu e Turismo: A complexa relação com o tempo e a memória. *Revista eletrônica de Turismo Cultural*, V. 04 -- nº. 01, 1º semestre, ISSN 1981 -- 5646, p. 85-103.
- IPHAN (s/d). Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília, Coordenação de Paisagem Cultural – IPHAN. Disponível em:
http://pib.socioambiental.org/anexos/19930_20110518_093241.pdf.
- IPHAN (2012). Ponte entre Goiás e Minas Gerais pode receber título de Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/.../Ponte%20Pênsil%20Affonso%20Penna\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/.../Ponte%20Pênsil%20Affonso%20Penna(1).pdf).

- Jorge, V. O. (2005). Patrimônio, neurose contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na Idade da Fragmentação. In: Jorge, Vítor Oliveira (coord.) Preservar para quê? *8ª Mesa Redonda de Primavera*, FLUP. Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, FCT, Porto-Coimbra, p.13-25.
- Lambert, Jaques (1973). *Os dois brasis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Laurelli, Elsa. (1988). Los Grandes Proyectos: las Políticas del Estado y la Respuesta Local em la Transformación del Territorio. Uma Aproximación Metodológica. Montevideo/Buenos Aires, CEUR-CIESEU.
- Lourenço, L. A. Bustamante (2010). *A Oeste das Minas. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)*, Uberlândia, Edufu, 353 p.
- Löwen Sahr C. L. (2005). Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma da mata com araucária. *III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira*. Presidente Prudente.
- Martins, J. Souza (1993). *A Chegada do Estranho*. São Paulo, Editora Hucitec.
- Moraes, A.C. Robert (2000). *Bases da formação territorial do Brasil. O longo século XVI*. São Paulo, Hucitec.
- Muller, Geraldo (1989). *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo, Hucitec / Educ.
- Oliveira, A. Francisco, Chaveiro, E. Felício, Oliveira, U. Francisco (2009). Transformação em Goiás: capitalismo, modernização e novas disposições socioespaciais, *Caminhos de Geografia - revista on line*, Uberlândia, Volume 10, Número 32, p.227-234. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>
- Pacheco, S.R. Lacerda, Souza, R. C. M. Anselmo (2015). As origens do processo de ocupação no Roteiro da Missão Cruls: das Bandeiras aos trabalhos da Comissão Exploradora do planalto Central (*V Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica da UFU*), Universidade Federal de Uberlândia, 1-30.
- Panizza, M. (2001). Geomorphosites: Concepts, methods and examples of geomorphological survey, *Chinese Science Bulletin*, 46, p. 4-6.
- Panizza, M., Piacente, S. (2008). Geomorphosites and Geotourism, *Rev. Geogr. Acadêmica* v.2 n.1, p. 5-9.
- Pedrosa, A. S. Montanha (2012). Um espaço natural historicamente construído: o exemplo das montanhas do Noroeste de Portugal. *Actas 2º Colóquio Ibero-americano de paisagem cultural, património e projeto - Desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG, v.1.
- Pedrosa, A. S. (2013). As Montanhas do Noroeste de Portugal: Uma Paisagem Cultural. *Cosmos* (Presidente Prudente), v.6, p.7 – 67.
- Pedrosa, A. S. (2014). Os ecomuseus como forma de gestão das paisagens culturais, *Cosmos* (Presidente Prudente), v.7, p.7 - 31.
- Pedrosa, A. Sousa (2014). O sistema de informação geográfica e a cartografia das unidades de paisagem: o exemplo do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (*Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia V Congresso Brasileiro de Geoprocessamento e XXV Exposicarta*), Mapas Conectando o Brasil e a América do Sul, Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto - SBC e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, p.1-13.
Disponível em: http://www.cartografia.org.br/cbc/trabalhos/6/159/CT06-10_1404148893.pdf.

- Pedrosa, A. S., Pereira, A. (2008). A Geografia e as Novas Estratégias de Desenvolvimento de Territórios Periféricos, in edição especial da revista Geografia. Ensino & Pesquisa (*Anais do V Seminário Latino – Americano e I Ibero-Americano de Geografia Física* – “aproximando experiências para a sustentabilidade de um ambiente globalizado”, Eixo 2, 12 (1), ISSN 0103 – 1538, Santa Maria, RS – Brasil, p. 151-178.
- Pedrosa, A., Pereira, A. (2012). A Paisagem Cultural como linha de concepção de uma rota turística: o exemplo do Alto Barroso – Norte de Portugal. *Revista Geonorte*, Edição Especial, v. 2, n. 4, p. 46-59.
- Pedrosa, A. S., Pereira, A. (2013). A paisagem cultural como ativo de desenvolvimento de espaços rurais tradicionais de baixa densidade. Rodrigues & Mercedes (orgs). Avaliação sócioambiental do domínio dos cerrados e pantanal: métodos e técnicas. 1ª ed. Uberlândia :Composer, p. 37-68
- Penha, E. Alves (1993). A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo. *Memória Institucional*, 4. Rio de Janeiro, Fundação IBGE.
- Pereira, M. F. Vicente (2012). Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana de açúcar. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, São Paulo, v. 23, p. 83-104.
- Pereira, A. (2012). Será o património geomorfológico uma inusitada âncora do touring cultural e paisagístico?, In *Actas do IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais* (IX CIER) “(I)Mobilidades e (Des)Envolvimentos: o Rural Desafiado”, Lisboa. (CD-ROM). Disponível em: <http://www.9cier.net/index.php>.
- Pereiro, X. (2006). Património cultural: o casamento entre património e cultura, in ADRA n.º 2, *Revista dos sócios do Museu do Povo Galego*, p. 23-41.
- Pérez, X. P. (2009). Turismo Cultural. Uma visão antropológica, El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC., 307p.
- Pessoa, V. L. Salazar (2007). Meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: uma reflexão sobre as transformações no cerrado mineiro. In: Marafon, G. José, Rua, João.; Ribeiro, M. Angelo. (org.) *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro, Eduerj, P.255-269.
- Reynard, E. (2007). Géomorphosites et paysages. Géomorphologie: relief, processus, environnement, 3, [En ligne], mis en ligne le 01 octobre 2007. Disponível em: <http://geomorphologie.revues.org/index338.html>. 2005.
- Rodríguez Becerra, S. (1997). Patrimonio cultural, patrimonio antropológico y museos de antropología, in *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n.º 21, p. 42-52.
- Rückert, A. Arnaldo (2007). A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil: uma política territorial contemporânea em construção. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencia Sociales*, Barcelona, v. XI, n. 245 (66). Disponível em: www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24566.htm#_edn1.
- Salgueiro, Teresa Barata (2001) - Paisagem e Geografia, *Finisterra*, XXXVI, 72, p. 37-53.
- Santos, Milton (2008). *A natureza do espaço. Técnica e ciência. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, (4ª. edição).
- Silva, F. Reis (2007). *A paisagem do quadrilátero ferrífero, MG: Potencial para o uso turístico da sua geologia e geomorfologia*. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, UFMG, 142p.
- Silva, P., Pereira, D. (2009). Relevância e uso do património geomorfológico: o caso do concelho de Vieira do Minho. In: *Congresso Nacional de Geomorfologia*, 6., 2009, Braga. Anais... Braga: APGEOM, p. 273-278.

- Sousa, I. C. (1992). A Procissão de Quinta-Feira Santa da Confraria da Misericórdia do Porto (1646). O Tripeiro. Coisas do Porto. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Stoffle, R. (2000). Cultural Heritage and Resources, in Goldman, L. R. (ed.): Social Impact Analysis. An Applied Anthropology Manual. Oxford, Berg, p. 191-132.
- Teixeira, D. J. V. (2005). *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local* (Tese de Mestrado). Apresentada á Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 213p.
- UNESCO (1972). Convenção Para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Décima sétima sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura, Paris. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/conventionpt.pdf>.
- Vainer, C. B., Araújo, F.G. (1992). Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional. Rio de Janeiro, CEDI.
- Vecco, M. (2007). L'evoluzione del concetto di patrimonio culturale, Volume 153 de Economia e management della cultura e delle arti., Documenti e ricerche // ICARE, International center for art economics, FrancoAngeli, 256p.
- Vieira, W. Alves, Anselmo, R.C.M. Souza (2010). Grandes barragens do Rio Araguari. Impactos das políticas públicas sobre o Triângulo Mineiro. (*Anais do III Encontro latino-americano de Ciências Sociais e barragens*), Grupo de Trabalho: Planejamento, processos decisórios e estruturas institucionais, Belém. Disponível em: <http://ecsbarragens.ufpa.br/site/index.php>.